

# SOCIOLOGIA E FAMÍLIA: UMA LEITURA DOS DISCURSOS SOCIOLÓGICOS SOBRE A FAMÍLIA

por  
NELSON LOURENÇO \*

## **Résumé**

Le discours sociologique sur la famille suit un parcours marqué par les contradictions et paradoxes qui accompagnent les profondes transformations de la société occidentale issue de la Révolution industrielle, l'intérêt porté à son étude variant selon le vécu et la représentation des crises de la famille considérées fréquemment comme des crises de la société. Le propos de cet article est une tentative de lecture de ce discours et un essai de classification périodique de la production sociologique sur la famille. Au fil du texte sont présentés les progrès significatifs enregistrés par la sociologie de la famille, sous l'angle de l'accroissement des connaissances et de la reformulation conceptuelle qui vont de pair avec les profondes modifications des comportements et des représentations sur la sexualité, le couple et l'émergence de ce que l'on pourrait désigner par de nouveaux modèles de mariage et de famille.

## **Abstract**

Sociological study of the family is marked by contradictions and paradoxes associated with the profound social changes which occurred in Western society following the Industrial Revolution. It is of interest or otherwise, for study purpose, depending on experience and the representation of family crises, which are often

---

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

linked to social crises. This article attempts to interpret such study and to present a timescale for the sociological effect upon the family. The text deals with the significant advances made in family sociology, both in the field of data gathering and the conceptual reorganization which accompany major changes in behaviour and matters of sexuality, marriage and the emergence of what might be termed new marriage and family structures.

O discurso sociológico sobre a família apresenta um percurso marcado por contradições e paradoxos que acompanham as profundas transformações da sociedade ocidental do após Revolução Industrial, com interesses e desinteresses pelo seu estudo, conforme as vivências e a representação das crises da família, lidas frequentemente como crises da sociedade.

Sendo este o objecto deste artigo, duas advertências prévias se impõem à atenção do leitor. Considera-se aqui que o renovado interesse pela sociologia da família não se deve tanto a uma brusca aquisição de conhecimentos sobre o seu objecto como à percepção de crise, devido às transformações dos comportamentos e das representações sobre a sexualidade, sobre o casal e sobre a família, acompanhadas da emergência do que se poderia designar por novos modelos de casamento e de família. A segunda advertência refere-se mais precisamente à relação entre os discursos sobre a crise da desagregação e do empobrecimento da família, devido à diminuição das funções que exercia. Neste artigo, defende-se a ideia de que, na maioria das vezes, os discursos sobre a família e as angustiantes questões colocadas sobre o seu presente e o seu futuro são construídas tendo como referência uma família tradicional que talvez nunca tenha existido, senão na nostalgia da cultura ocidental, como recorda William Goode (1970).

## 1. Os discursos sociológicos sobre a Família: ensaio de periodização

A leitura da produção sociológica sobre a família permite perspectivar quatro grandes horizontes temporais. A organização destes períodos, com excepção do que vai de 1965 aos nossos dias, é polarizada pelos grandes produtores do pensamento sociológico ou que dele foram percussores. Está-se, nesses casos, na época dos autores de grandes teorias e onde é frequente a aspiração à construção de uma lei da evolução da família. O quarto e último período é já marcado pelo abandono dos paradigmas epistemológicos assentes no princípio das causalidades lineares e do mecanicismo funcionalista.

É possível identificar, até meados dos anos 60, dois períodos de intensa reflexão sobre a família que correspondem a duas épocas efervescentes sobre o aspecto político e social (BURGALASSI, 1974). O primeiro período, durante o qual se verifica uma grande produção de textos de natureza sociológica, antropológica e psicológica, vai de 1855 a 1890, tendo em Riehl e Bachofen os seus iniciadores e em Spencer, Morgan, Engels, Westermack, Le Play e, embora com análises de carácter mais genérico, em Comte e Marx os seus nomes mais representativos. No terceiro período, 1946-1965, destacam-se os nomes de Winch, Parsons, Levy, Goode e König, sobressaindo, essencialmente, a produção com origem nos Estados Unidos. Entre estes dois períodos, a produção é mais esporádica, referenciando-se, no entanto, nomes de autores fundamentais como Weber, Durkheim, Freud, Malinowski e Mead.

A partir de meados dos anos 60, verifica-se uma inflexão nos paradigmas explicativos dominantes da sociologia da família. Ao contrário do que as teorias clássicas propunham, família e industrialização deixam de ser considerados como elementos definindo entre si uma relação de causalidade sistemática. O encontro entre a história e a sociologia permitiu equacionar de modo diferente o complexo e mutável quadro

de interações definido pela família e o seu contexto social, pondo em evidência a pluralidade de modelos de organização familiar e a sua coexistência no tempo.

Os períodos referenciados correspondem às mutações económicas e sociais que acompanharam a primeira e segunda revoluções industriais, e, no campo das ideias, à reacção às concepções estáticas da família, próprias do jusnaturalismo, primeiro, e à perspectiva evolucionista preponderante na filosofia sociológica clássica, depois. O discurso científico sobre a família reflecte, assim, uma forte relação com as transformações sociais e culturais, e, por vezes, como veremos noutro local, mesmo com a ideologia dominante, situação que, aliás, tem acompanhado a produção dos discursos de outras áreas das ciências sociais<sup>1</sup>.

A definição dos períodos de investigação, enquanto importante instrumento para o estudo da evolução da sociologia da família, pode, no entanto, ser completada e beneficiada pela análise da bibliografia publicada até ao fim da década de sessenta, feita a partir dos trabalhos de Aldous e Hill (1966), de Mogey (1971) e de Goode, Hopkins e McClure (1971). Para a década de setenta, é possível referenciar as grandes tendências da investigação sobre a família, produzida nos Estados Unidos, recorrendo aos trabalhos de Berardo (1981) e Wiseman (1981) e, para uma perspectiva mais alargada, a Demos e Boocok (1978) ou ainda, relativamente à história da família, nas suas diferentes abordagens, a Anderson (1984).

As obras de Aldous e Hill (1967)<sup>2</sup> e de Mogey (1971)<sup>3</sup>, organizam a sua análise na base da dicotomia de textos de «língua inglesa» e textos de «língua não-inglesa», permitindo assim

<sup>1</sup> Sobre este assunto ver, por exemplo, A.S. Nunes (1977) e bibliografia aí citada.

<sup>2</sup> A obra de Joan Aldous e Reuben Hill é constituída por um relatório de análise de conteúdo seguido da listagem de cerca de 13 000 títulos entre 1900-1964. A bibliografia foi organizada tendo como base o Inventory of Family Research do Centro de Estudos da Família da Universidade do Minnesota, e tinha como objectivo continuar e aperfeiçoar um trabalho anterior, também

salientar a especificidade dos primeiros, resultante principalmente da contribuição de autores norte-americanos, e abrangem, sob a designação «investigação sobre a família» (family research), a pesquisa feita nos campos da sociologia, da psicossociologia, da psicanálise e da antropologia, desde que as variáveis sobre a família (casamento, parentesco, papéis, etc.) sejam prioritárias em relação às variáveis individuais (homem, mulher, criança, etc.). Os dois trabalhos mostram como a produção científica realizada além Atlântico era responsável pela quase totalidade dos textos até 1950 (94% dos trabalhos eram de língua inglesa e a maioria oriunda dos E.U.A.). A partir da década de cinquenta, contudo, verifica-se um sensível aumento da atenção dispensada pelos investigadores europeus à família. Desde os anos trinta que a sociologia da família conhecia nos Estados Unidos um grande desenvolvimento. Assentando no início quase exclusivamente na investigação empírica e tendo Burgess como precursor (COTTREL, 1968), é depois acompanhada de esforços subsequentes de teorização, recorrendo geralmente ao conceito de teoria de alcance médio, tal como foi formulado por Robert Merton, em substituição das grandes teorias. Com William Goode (1970), em 1963, dá os primeiros passos na análise comparativa dos sistemas familiares (cross-cultural research) e tenta um primeiro encontro entre a sociologia, a história e a etnologia. A sua influência sobre a sociologia da família produzida na Europa é marcante entre o fim da II Guerra Mundial e o início dos anos setenta. Em França, por exemplo, a investigação sobre a família limitava-se à demografia, à economia e à etnologia (MICHEL, 1978), sendo a sociologia da família «pouco desenvolvida, e muito influenciada pela socio-

de R. Hill, *Sociology of Marriage and Family Behavior, 1945-1956: A Trend Report and Bibliography*, publicado em 1958.

<sup>3</sup> A obra de Mogey apresenta as tendências da pesquisa sobre a família publicada fora dos E.U.A., entre 1957 e 1968, seguida da listagem de 2090 títulos.

logia americana» (SEGALEN, 1981), situação que lhe valeu, aliás, a designação de «zona sinistrada» em artigo publicado por Shorter nos *Annales* (1974).

A análise dos conteúdos dos trabalhos publicados permite algumas ilacções sobre as grandes tendências e a «emergência de novos tópicos», na expressão de Berardo (1981). Apesar da investigação publicada em «inglês» e «em outras línguas» ter como um dos temas principais a família enquanto grupo, por oposição às perspectivas que a consideram nos seus aspectos institucionais, ela assume diferenças significativas no contexto de cada um dos sectores linguísticos referidos. A perspectiva dominante dos estudos de língua não-inglesa orientava-se para as relações família-comunidade, abordadas numa perspectiva histórica e reforçada pelo interesse em temas como o casamento e o divórcio, enquanto os trabalhos de língua inglesa tinham uma perspectiva individual-psicológica, considerando a família enquanto unidade de interacção. As razões destas diferenças, sobre as quais Aldous e Hill (1967) chamam a atenção, devem-se, para além de posicionamentos teóricos diferentes, à própria formação científica dos investigadores. Enquanto na Europa a pesquisa era efectuada basicamente por sociólogos e antropólogos, nos EUA, a produção científica na área da investigação sobre a família envolvia um leque variado de especialidades (sociólogos, psicólogos sociais, psicanalistas, etc.).

É indiscutível que a sociologia da família se libertou mais lentamente que outros ramos da sociologia de um passado dominado por uma etnografia impressionista (ANDERSON, 1971) e de uma inquietação por problemas sociais recheada de preconceitos e de visionamentos idealistas. Apesar de alguns legados relevantes, como as obras de Weber e de Thomas e Znaniecki<sup>4</sup>, a investigação sobre a família ignorou, regra geral, a importância dos factos históricos para a compreensão dos padrões e sistemas familiares.

<sup>4</sup> W. Thomas e F. Znaniecki, *The polish peasant in Europe and in America*, publicado em 1920.

Com efeito, apenas nos anos sessenta serão postos em causa, de um modo sistemático, os mitos e a retórica que acalentava falsas presunções sociais sobre a família e obscurecia a realidade histórica da vida familiar (ELDER, 1978). Este movimento ficou a dever-se, quer à importância que os sociólogos dedicam a partir de então à história da família, quer ao interesse que a família suscitou à História. Este interesse é a tal ponto recente que Anderson (1984), ao apresentar a bibliografia relevante sobre o tema, referencia que a maioria das obras foi escrita depois de 1970 e que muito poucos são os textos escritos antes de 1960. Como afirmou Burguière (1972), a história sempre se interessou mais pelo Estado, tendo sido notavelmente «refractária ao estudo da família»!

A década de sessenta marca, assim, o início de uma viragem significativa dos estudos sobre a família. Contribuíram para este movimento o desenvolvimento teórico e conceptual verificado na sociologia a partir da década de cinquenta, nomeadamente no caso das teorias dos sistemas e da acção social (NYE, 1978 e ANDERSON, 1971), das teorias das classes e da estratificação social e do aumento da investigação nos campos da história da família e da demografia histórica.

Este interesse pelo enquadramento histórico é particularmente mais forte na Europa do que nos Estados Unidos, onde os esforços se concentram mais no desenvolvimento de novos métodos e teorias de análise e na definição de «mini-teorias» explicativas (NYE, 1980). Nos autores europeus, Aldous e Hill (1967) cedo constataram uma «tendência em manter o equilíbrio entre a perspectiva que considera a família uma unidade completa e a necessidade em a visionar num contexto mais vasto e determinado» enquanto nos textos de origem ou influência norte-americana se verifica uma tendência a separar a família dos quadros sociais historicamente definidos (DEMOS e BOOOCK, 1978) e de secundarizar as relações com outros grupos (BERARDO, 1981).

Acompanhando as transformações teóricas e conceptuais atrás mencionadas alterou-se também o quadro da investigação

sociológica sobre a família, integrando nesta expressão quer a concepção ou desenho da investigação, quer os meios e técnicas utilizados. Relativamente à origem dos dados, assiste-se à perda de importância das pesquisas assentes em informação secundária ganhando relevo o recurso ao inquérito, abrangendo colectividades (aldeias, bairros urbanos, fábricas, etc.). Ao mesmo tempo, o uso de amostras torna-se mais frequente, principalmente de amostras aleatórias, utilizadas para a verificação de hipóteses (MOGEY, 1971). É visível, ainda, a importância crescente que assumem as análises conduzidas à microescala, quer no caso de estudos sobre a família, enquanto grupo, quer no caso de estudos sobre as relações família-comunidade<sup>5</sup>.

As análises macroscópicas, abrangendo sociedades globais, diminuem de importância, não obstante o interesse pela transformação dos sistemas familiares, em contextos de mudança. Mas, nestes casos, as análises são acompanhadas, cada vez mais, de estudos empíricos minuciosos. No quadro deste processo de mudanças é visível a preocupação em integrar o discurso da sociologia da família no quadro mais geral da teoria, ou teorias sociológicas, acompanhando aquela as vicissitudes, os progressos e as tendências destas. O fracasso explicativo das teorias da mudança social e a aceitação de mais modestas e menos ambiciosas perspectivas sobre a transformação da sociedade, assentes fundamentalmente na análise de sistemas de interacção de dimensão relativamente restrita, estão decerto ligados a um novo interesse pelos estudos à microescala.

<sup>5</sup> Esta tendência é visível também nas novas correntes da história da família em que a maior parte das pesquisas efectuadas se baseia em simples aldeias ou pequenas regiões (ANDERSON, 1984).

## 2. A família no âmbito das grandes reflexões sociológicas sobre a sociedade

A família tem sido alvo privilegiado de um discurso ideológico, elaborado e explicitamente produzido para legitimar, justificar e proteger a impermeabilidade do núcleo familiar. A Igreja e o Estado surgem como fontes deste discurso, assumindo a condição de produtores de mensagens ético-religiosas e de conceptualizações jurídico-especulativas. O modelo de família proposto até finais do séc. XIX e que, de certo modo, se prolongou até ao séc. XX, correspondia a dois imperativos subjacentes à ideologia dominante sobre a família: a ideia de família enquanto «fenómeno natural», que parece excluir a possibilidade de evidenciar a determinação social do vínculo familiar e a utilização da ideia anterior como permissa para a concepção metahistórica da família enquanto «dato natural» (MANOUKIAN, 1974).

A este monopólio jurídico-religioso do discurso familiar se irá contrapor um interesse científico pelo conhecimento positivo da realidade familiar que encontra os seus intérpretes, mais significativos, na antropologia e na sociologia clássicas. É no ambiente favorável ao racionalismo, ao positivismo e à teoria da evolução das espécies de Darwin que aparecem os trabalhos precursores da sociologia da família.

No entanto, só nos finais do séc. XIX se assistirá ao corte com as concepções filosófico-dogmáticas de pensadores tão distintos como, por exemplo, o conservador Le Play, para quem a família patriarcal monogâmica, cujo modelo se inspirava na Bíblia, era indispensável para preservar a ordem social<sup>6</sup>, ou

<sup>6</sup> Le Play, que, na esteira de Augusto Comte, pensava que a família era a célula base da sociedade, fazia a apologia de um tipo de família patriarcal, em que as características predominantes são a transmissão integral da propriedade ao filho primogénito, usualmente designada por família tronco.

o socialista Proudhon, que considerava a família como encarnação das ideias platônicas relativas à justiça e ao amor<sup>7</sup> (MICHEL, 1978). Será com Bachofen, Morgan, Engels e mais tarde Westermack e Durkheim, que a família irá surgir como realidade histórica, cujo tipo de organização varia no tempo e no espaço e é explicada por instituições que lhe são anteriores.

Neste período de fecunda criação antropológica e sociológica sobre a família, duas questões fundamentais emergem: a primeira, refere-se à origem histórica da família a partir da sociedade primitiva; a segunda, ao seu destino na sociedade capitalista. Estes dois temas foram marcos de referência fundamentais da investigação sobre a família, cuja presença se prolongou, aliás, na pesquisa contemporânea. Sobre a origem da família se preocuparam, principalmente, etnógrafos e antropólogos, destacando-se os nomes de Bachofen, Maine, Mauss e, mais recentemente Lévi-Strauss e Murdock. A segunda questão está mais intimamente relacionada com a tradição das grandes teorias, em voga no séc. XIX, sendo a lógica da família interpretada no quadro de reflexões sistemáticas sobre a sociedade. Os nomes de Marx, Spencer, Engels, Tönnies, Durkheim, Weber e os contemporâneos Horkheimer, Adorno e Parsons, surgem ligados às preocupações sobre o destino da família, com o advento e implantação do capitalismo industrial.

A investigação sobre a origem histórica da família corresponde a uma tentativa de «destotalizar e desmitificar o momento do nascimento colectivo da humanidade», como é apresentado pelas ideias e doutrinas religiosas, tentando reconstruir um processo lógico e articulado sobre a história do Homem e da organização social (MANOUKIAN, 1974). As hipóteses evolucionistas da segunda metade do séc. XIX pretendiam, a partir da reorganização de dados etnográficos,

---

<sup>7</sup> O modelo de organização familiar proposto por Proudhon, como condição à «construção da civilização», assentava na submissão da mulher ao marido e à sociedade (MICHEL, 1978: 29).

construir uma linha de diferentes e consecutivas formas familiares, dispendo-se logicamente num *continuum*. A teoria então elaborada pelos antropólogos afirmava, fundamentalmente, que a forma primitiva de organização nas sociedades humanas assentava na promiscuidade sexual, ou heterismo, na designação de Bachofen, decorrendo da tese da precedência das instituições matrilineares<sup>8</sup>.

A tese da anterioridade das instituições matrilineares era suportada por uma série de argumentos extremamente plausíveis: «A ignorância presumida da paternidade fisiológica nos tempos primitivos, o carácter inelutável das relações mãe/filho, a pretendida não pertença do pai à família, entre as tribos nómadas, o número importante de manifestas sobrevivências de costumes matrilineares, nas sociedades patrilineares, em oposição aos raros traços patrilineares, comparáveis nos povos matrilineares, o atraso das sociedades matrilineares relativamente às patrilineares e a ausência total de documentos históricos referindo-se à transformação de instituições patrilineares em matrilineares» (MURDOCK, 1972:189-190). Esta hipótese era tão coerente e lógica e aparentemente tão de acordo com os factos conhecidos que, como afirma Murdock, desde que foi formulada por Bachofen, em 1861, até finais do século, foi aceite sem excepção, ou quase, por todos os especialistas das ciências sociais e já no século XX é ainda defendida por autores reputados como Keller, Summer e Vinogradoff. As bases da teoria evolucionista serão entretanto desmanteladas, nomeadamente, com a publicação, em 1924, da obra de Rivers, *Social Organization*. A acumulação dos dados etnográficos recusa validade às teorias de promiscuidade sexual inicial e afirma, senão a «universalidade da família

---

<sup>8</sup> Para Morgan (1976) o heterismo supõe uma forma definida de matrimónio fora do qual se realiza o comércio sexual entre homens monógamos com mulheres não casadas; Engels (1976) usa este termo com o mesmo significado.

nuclear» (MURDOCK, 1972), pelo menos que o «tipo de família característico da civilização moderna (...) baseado no matrimónio monogâmico (...) é patente nas sociedades que parecem ter permanecido ao nível cultural mais simples» (LÉVI-STRAUSS, 1979:98).

A segunda questão, atrás formulada, relativa ao destino da família, carregava principalmente a angústia da dissolução do vínculo familiar numa época em que o desenvolvimento do capitalismo industrial e do liberalismo fazia deslocar a bipolaridade dominante, Família-Sociedade, para um novo quadro social centrado nas relações Indivíduo-Sociedade. A sociedade tornara-se um espaço público dominado pela racionalidade e pela especialização dos papéis, no qual a família é a última ilha de espontaneidade e de solidariedade, a fonte dos valores e da moral ameaçada (MANOUKIAN, 1974:12). A hipótese de um estado original igualitário, promíscuo e mais feliz, a construção de uma linha de desenvolvimento das formas familiares e o espectro da crise da família, são os elementos dominantes dos autores referenciados com esta problemática. No entanto, o facto mais importante, no caso das obras de Engels e Durkheim, é a definição e individualização de um *a priori* lógico e idealista e não-histórico, que valoriza as formas de união familiar e pretende decifrar o seu significado.

As duas questões, sobre a origem e o destino da família, podem ser colocadas de outro modo, ganhando uma actualidade pertinente: quais as relações entre o tipo de família e o tipo de estrutura social? Há um limite para a desintegração da família? Sobre estas questões se debruçam, no quadro das suas reflexões sistemáticas e globais sobre a sociedade, Engels, Durkheim, Weber e Parsons.

Com base no quadro teórico de Marx e a partir do trabalho de Morgan que organizou o material etnográfico sobre a sociedade primitiva então disponível, Engels situa a família como expressão ideológica determinada pelo modo de produção dominante, numa sociedade e época histórica definida, pers-

pectivando a inevitável e irreversível destruição da família burguesa.

As teses de Durkheim e de Weber sobre a família têm, como ponto comum, a aceitação do efeito redutor da industrialização sobre a dimensão do grupo familiar. Quanto ao resto, as diferenças são substanciais. Para Émile Durkheim a família, enquanto facto social, isto é, enquanto coisa, é fruto de um condicionamento exterior e a sua evolução acompanha as transformações do próprio sistema social, ao longo do percurso compreendido entre as duas formas extremas de solidariedade, a mecânica e a orgânica, que definem tipos opostos de organização social. A sua lei da contracção progressiva da família deve, portanto, ser lida no quadro do determinismo sociológico e do evolucionismo unilinear, subjacente ao pensamento de Durkheim. Em Max Weber, não só o evolucionismo é claramente moderado, como ainda a explicação da realidade social, pela presença de um factor causal, é relativizada. Assim e não obstante afirmar que a distinção entre o trabalho doméstico e a empresa foi essencial ao surgimento de novos tipos de família, não é possível deduzir da sua obra uma forte relação causal, entre o tipo de economia e o tipo de organização familiar (incluindo nesta expressão a dimensão e estrutura do agregado familiar e as funções que desempenha).

Os esforços de Talcott Parsons orientaram-se no sentido de alcançar uma perspectiva sistemática do agregado familiar no seio da sociedade industrial. A tese de Parsons retoma, de certo modo, a perspectiva weberiana da redução da dimensão da família, da alteração da estrutura do agregado doméstico e da restrição da suas funções. No entanto e ao contrário daquele sociólogo alemão, Parsons salienta que a perda de certas funções, até então desempenhadas pela família, é compensada pela importância do seu papel como agente de socialização e de estabilização. Apesar da sua análise se referir, essencialmente, à sociedade americana, ele confere-lhe claramente um valor exemplar para todas as sociedades industriais.

A importância que estes quatro autores assumem, no contexto das práticas da pesquisa e da reflexão sociológica contemporânea, justificam uma mais atenta e desenvolvida abordagem do seu pensamento.

### 2.1. *Karl Marx e Friederich Engels: uma concepção materialista da história da família*

O tema da família é uma componente secundária do mais vasto problema do condicionamento económico — este sim, central — na teoria materialista da história, elaborada por Marx. A sua abordagem, de certo modo marginal no conjunto da sua obra, tem como objectivo fundamental ver qual o efeito que o tipo de produção exerce sobre a moral e o funcionamento da família (BURGALASSI, 1974). Esta secundarização da família resulta do facto de, na análise de Marx, não ser reservado lugar de relevo ao que poderia designar-se por grupos intermédios. As duas principais unidades de análise, ou, como também se lhes poderia chamar, os dois principais actores considerados, são o indivíduo e as classes sociais (DONATI, 1978:88). No entanto, ao longo da sua obra são dedicadas numerosas páginas ao estudo da família que formam um corpo teórico coerente e relativamente desenvolvido.

Nos *Manuscritos Económicos e Filosóficos*, no *Manifesto Comunista*, em *A Ideologia Alemã* ou em *O Capital*, sozinho ou em colaboração com Engels, Marx expõe a sua concepção da família e do papel histórico que lhe tem sido reservado. Fundamentalmente, o seu pensamento assenta no pressuposto de que os diferentes tipos da família se constituem e estabilizam as suas formas de solidariedade interna tendo como base os tipos de divisão social do trabalho que, de certo modo, se vão historicamente sobrepondo à divisão do trabalho resultante da diferenciação sexual. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels identificam como idênticos os conceitos de divisão do trabalho e de propriedade privada, trazendo para o interior da família

os fundamentos da origem daquela. Para eles, a primeira divisão do trabalho ocorre na família e reside no próprio acto da procriação, resultando ainda de uma divisão de tarefas introduzida de modo natural, em atenção aos dotes físicos, à necessidade, a coincidência fortuitas, etc. O desenvolvimento da divisão do trabalho está, assim, na origem da propriedade privada na família e da escravidão da mulher e dos filhos relativamente ao marido (MARX e ENGELS, 1974:32-34).

Em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, Friederich Engels (1976) pretende apresentar um panorama global da história da família, tendo como ponto de partida os resultados da investigação que Lewis Morgan (1976) expõe na sua obra *A Sociedade Primitiva*, relacionando-os com a análise materialista<sup>9</sup>. No seu esquema de evolução da família, Engels adaptou, no essencial, o elaborado anteriormente por Morgan, refazendo, no entanto, «toda a argumentação económica» que considerou insuficiente para os seus objectivos (ENGELS, 1976:10) reforçando a ideia de que a cada fase do desenvolvimento da humanidade corresponde um tipo diferente de família.

A família monogâmica, diz Engels, tem como finalidade expressa a «procriação de filhos cuja paternidade seja indiscutível» e que, na qualidade de herdeiros directos, entrarão um dia na «posse dos bens de seu pai». A monogamia representava o fim da comunidade doméstica comunista e dava forma ao primeiro tipo de família que «não se baseava em condições naturais, mas económicas» (ENGELS, 1976:81 e 85). A monogamia não surgiria, assim, como uma «reconciliação entre o homem e a mulher» nem como a «forma mais elevada de matrimónio» reflectindo, pelo contrário, o conflito entre o

<sup>9</sup> Segundo as suas próprias palavras tratava-se da «execução de um testamento», uma vez que o próprio Marx se dispunha a realizar trabalho semelhante (ENGELS, 1976:7).



homem e a mulher e o domínio exclusivo daquele<sup>10</sup>. Deste modo, Engels integrava no quadro da família a problemática central da teoria marxista, a luta de classes: «(a família é) um quadro em miniatura das contradições e antagonismos no meio das quais se move a sociedade» (ENGELS, 1976:89). Distingue, no entanto, dois tipos de matrimónio monogâmico: o matrimónio monogâmico no sentido etimológico do termo, resultante da união livremente consentida de dois indivíduos, e o matrimónio monogâmico de significado histórico. Este último seria uma «coisa de conveniência», determinado por razões económicas, realizado no interior do mesmo grupo social, arranjado pelos pais. O seu objectivo é a conservação, o alargamento e a transmissão do património. A família burguesa, afirma Engels, assenta neste matrimónio monogâmico histórico. O matrimónio monogâmico, no sentido etimológico, seria tipicamente o «matrimónio proletário». Nele não estão presentes os fundamentos da monogamia como realidade historicamente determinada. No matrimónio proletário não existe património a transmitir, objectivo que justificou a instituição da monogamia e do domínio do homem (ENGELS, 1976:94).

A leitura da teoria da evolução da família apresentada por Engels conduz contudo a duas constatações diferentes. Com efeito, se o esquema evolutivo que propõe é hoje tido como infundado, a sua tese sobre as relações entre a família e a propriedade privada continua, porém, a poder explicar certos traços constitutivos da família moderna e da sua reprodução<sup>11</sup>. Na sua *História Económica Geral*, Max Weber apresenta um curioso e acutilante comentário, cuja citação é oportuna para encerrar este breve apontamento, sobre a teoria da família de Marx e Engels: «Apesar de ser insustentável em

<sup>10</sup> Sobre a mulher no quadro da teoria da família de Engels, vide Z. Einsenstein (1980).

<sup>11</sup> Sobre a família no contexto das sociedades socialistas, vide S. Burgalassi (1971).

detalhe, considerada no seu conjunto constitui uma valiosa contribuição para o esclarecimento do problema; uma vez mais se evidencia a antiga verdade de que um erro engenhoso é muito mais útil para a ciência do que uma tese exacta desprovida de engenho» (WEBER, 1956:44).

## 2.2. *Émile Durkheim: a família como instituição*

Émile Durkheim dedicou à família uma particular atenção ao longo da sua obra. As suas teses sobre a família (e sobre o casamento) devem, por isso, ser lidas no contexto da sua concepção geral da sociologia e do seu postulado da «condensação progressiva das sociedades». A sua sociologia da família tem, como referências essenciais, o seu curso *A Família*, ministrado em Bordéus, em 1888, e uma das suas obras mais importantes, *A Divisão do Trabalho Social*, cuja primeira edição é de 1893<sup>12</sup>. A tese que aí defende, sobre a evolução da família, assenta em dois movimentos de sentido contrário, de acordo com a sua perspectiva da evolução das sociabilidades e da organização social: o aumento do «volume social» criando as condições para uma maior «densidade moral» e crescente divisão do trabalho e diferenciação social (DURKHEIM, 1984, vol. II) é acompanhado da progressiva contracção da família (DURKHEIM, 1975).

A família surge, neste contexto, não apenas como elemento activo da produção da moral<sup>13</sup>, mas, também, como elemento condicionado pela organização social. Concebendo a sociedade como elemento determinante dos fenómenos sociais, Durkheim tem tendência a tomar o meio social por uma realidade total,

<sup>12</sup> Sobre a sua sociologia da família, vide os textos recolhidos em E. Durkheim (1975).

<sup>13</sup> Para um desenvolvimento de análise sobre a moral e anomia na obra de Émile Durkheim é útil a leitura de Pizzorno (1963), Giddens (1984) e Parsons (1967 e 1968a.).

objectiva e materialmente definida e, a partir daqui, a precisar quais as instituições que lhe são necessárias<sup>14</sup>. A cada tipo social correspondia um conjunto específico de instituições: um tipo de família, um tipo de Estado, um tipo de moral<sup>15</sup>. A evolução da família acompanharia assim, a par e passo, o processo de desenvolvimento social. Para Durkheim, a história da família, «a partir das origens», seria precisamente um movimento ininterrupto de dissociação, no decurso do qual as funções por ela desempenhadas, primeiramente indivisas e confundidas umas nas outras, se separavam pouco a pouco (DURKHEIM, 1984).

Os dois aspectos centrais da sociologia da família de Durkheim são: a emergência da progressiva contracção da família e a crescente importância do casamento no interior das sociedades modernas. No curso sobre a família (DURKHEIM, 1975 e MAUSS, 1975)<sup>16</sup> ele procede à sua análise, através das formas de parentesco e de casamento, delineando assim o fio condutor da evolução dos grupos domésticos: esquema filogenético, como lhe chama Mauss. E se a cada tipo de organização social corresponde um tipo de organização familiar, a cada um destes corresponde, também, um tipo de casamento. A crítica a esta perspectiva evolucionista unilinear é hoje um facto pacífico. É, por isso, tarefa desnecessária repetir a argumentação da impossibilidade de uma fase inicial da organização familiar assente na promiscuidade primitiva, remetendo o conceito de horda para a categoria de construção teórica, sem validade histórica. O trabalho de historiadores como Marc Bloch,

<sup>14</sup> Neste sentido, vide R. Aron (1967).

<sup>15</sup> Recorde-se que esta concepção do desenvolvimento social valeu-lhe a acusação da paternidade do «sociologismo» e à sua sociologia a etiqueta de «determinista». Uma outra perspectiva da obra de Durkheim é formulada, porém, por Talcott Parsons (1967 e 1968a.) e R. Boudon (1979) que traduzem as suas teorias para a linguagem das sociologias da acção.

<sup>16</sup> Salientam-se as lições *Introduction à la Sociologie de la Famille* (1828) e *La Famille Conjugale* (1982), incluídas em E. Durkheim (1975).

Georges Duby e Peter Laslett e de sociólogos como René König e William Goode, mostrou que a evolução da família é um processo complexo, impossível de se enquadrar no esquema apresentado por Durkheim.

Em *A Sociedade Feudal* (1979), Bloch mostra como a família sofreu ciclos de dilatação e de contracção, determinados pela presença de diferentes factores políticos, sociais e económicos. A capacidade do Estado para proteger os indivíduos permite a existência de família conjugal na Gália do séc. IX, assim como o declínio posterior do Estado central justifica o grupo feudal e a família extensa. No entanto, logo a partir do séc. XIII opera-se, «quase por toda a parte», um movimento de retracção dos grupos familiares: «às vastas parentelas de há pouco, vêm-se lentamente suceder grupos muito mais semelhantes às nossas pequenas famílias de hoje» (BLOCH, 1979:164). Marc Bloch chama também a atenção para o facto da contracção do grupo familiar não se processar simultaneamente no interior da estrutura social, como o sugere a perspectiva evolucionista de Durkheim. Ela é mais precoce entre as famílias burguesas e de artesãos do que entre as outras classes sociais.

Para Durkheim, a família conjugal resulta da contracção da «família paternal». Enquanto nesta se verifica a coabitação dos progenitores e das gerações seguintes, salvo as filhas e os seus descendentes, na família conjugal a coabitação é limitada aos pais e aos filhos solteiros. A diferença não residia, contudo, apenas na coabitação, mas nas regras jurídicas e morais que regiam os dois tipos de família. Assim, na família conjugal, a coabitação de um filho adulto é apenas um facto material, ou puramente moral: ela não ocorre nem dela decorrem quaisquer consequências jurídicas especiais. Émile Durkheim acentua que nada na família conjugal recorda o «estado de dependência perpétua» que caracterizava os tipos paternal e patriarcal. É evidente que se mantêm laços familiares visíveis na obrigação de assistência aos pais na doença e, inversamente, ao direito dos filhos sobre herança, mas são, afirma Durkheim,

«obrigações jurídicas que sobrevivem, pertencentes a formas de família anteriores» (DURKHEIM, 1975:36).

Na sua análise da família conjugal, Durkheim salientava dois aspectos que reputava inovadores, relativamente a outros tipos de estrutura familiar. A sua organização interna pressupõe, com efeito, a individualidade dos seus membros, facto transparente na capacidade de posse de um património individual, ao contrário do que acontecia nas outras formas de organização familiar, em que a comunidade doméstica se sobrepunha ao indivíduo. Outro aspecto salientado era a crescente intervenção do Estado na vida familiar: «o Estado tornou-se um factor de vida doméstica» (DURKHEIM, 1975:38). Sem a intervenção do Estado, afirma Durkheim, a família conjugal não poderia ter nascido da família patriarcal ou da família paternal, ou mesmo da fusão destes dois tipos. Os laços indissolúveis, inerentes ao conceito de família conjugal, só podem existir sob garantia da autoridade do Estado<sup>17</sup>.

A estas transformações da organização interna e particularmente ao papel fortemente interveniente do Estado correspondem, segundo Durkheim, mudanças no modo como as relações matrimoniais se passam a organizar. O casamento assume progressiva importância e será um dos elementos fundamentais da consolidação da família conjugal, a tal ponto, que é possível afirmar que a zona central da família é ocupada pelo casal. Dois outros aspectos seriam de destacar na mudança verificada no sistema matrimonial. Em primeiro lugar, o casamento deixava de ser um contrato pessoal para se transformar num acto público realizado na presença de um magistrado, ou seja, de um representante do Estado e obedecendo a um conjunto de requisitos e de formalidades sem as quais a sua validade será nula. O outro elemento relevante seria o apare-

<sup>17</sup> Como Durkheim recorda, os laços familiares, na família patriarcal ou na família «paternal», podiam ser rompidos quer pelo parente que quisesse deixar a família quer pelo pai (1975:38).

cimento do regime de comunhão de bens entre os cônjuges: «a comunhão é, com efeito, a regra da sociedade matrimonial (...) enquanto o comunismo se retirava da sociedade doméstica ele reaparecia na sociedade matrimonial» (DURKHEIM, 1975:46).

### 2.3. Max Weber: industrialização, capitalismo e família

A sociologia, para Max Weber, tem como problema central a acção social elegendo o indivíduo à categoria de unidade básica ou, como ele próprio o designa, o átomo da sociedade. A sua sociologia é uma ciência compreensiva da acção social implicando, portanto, a compreensão do sentido e do significado que o actor dá ao seu comportamento (WEBER, 1971). Talvez por isso Weber não tenha dedicado nenhum trabalho autónomo à família. A análise da evolução das formas de organização familiar é integrada no quadro da sua perspectiva geral do desenvolvimento da civilização, ocupando um lugar de destaque na sua *História Económica Geral* (1956) e em *Economia e Sociedade* (1971).

É vulgarmente atribuída a Max Weber a tese de que a industrialização teve por efeito a redução da dimensão da família, a transformação da sua composição e o restringir das suas funções. Com efeito, a sua concepção de grupo familiar, ou de comunidade doméstica como mais repetidamente lhe chama, tem como base a existência de vínculos de natureza económica, cuja transformação proporciona as condições favoráveis à modificação das formas familiares. A constituição da família moderna teria sido, assim, favorecida pela emergência da economia monetária. Nesta, a «casa» deixa de ser um lugar de «produção» comum para se reduzir a um lugar de consumo. A diferenciação entre profissão e habitação é acompanhada da distinção entre património da «empresa» e património da família. A comunidade doméstica actual é, segundo Weber, uma «família limitada» — ou, como também

lhe chama, uma «comunidade de pais e filhos» — baseada no matrimónio legítimo e monogâmico, cuja permanência é tida como pressuposto na restrição do direito de propriedade do pai sobre os bens do grupo familiar e na igualdade da consanguinidade paterna e materna, agora limitada quanto ao seu significado prático a questões de herança (WEBER, 1956:41 e 42).

Deste modo, as transformações das formas de comunidade doméstica e a progressiva diminuição das funções, são consideradas como devidas à convergência de motivos de natureza interna e externa ao grupo familiar. Entre os primeiros, contam-se o aumento e diferenciação das capacidades económicas que acompanham o desenvolvimento dos meios económicos. Os motivos externos de dissolução são, fundamentalmente, resultantes da usurpação, por corpos sociais concorrentes, do espaço até então ocupado pela comunidade familiar (WEBER, 1971:399). O paralelismo existente, entre o desenvolvimento económico e o enfraquecimento do papel da família, não é absoluto: «É mais correcto dizer que a autoridade doméstica e a comunidade doméstica constituem, relativamente às condições económicas reinantes em dado momento e apesar da sua grande importância, uma instituição que é, em si, independente» e que, devido à sua estrutura, exerce frequentemente «uma influência acentuada sobre as condições económicas reinantes» (WEBER, 1971:401). A diminuição do número de elementos que compõem a comunidade doméstica não é assim, o resultado mecânico de um qualquer processo social e económico, nem sequer universal no interior de uma dada sociedade e em determinado período histórico<sup>18</sup>. Para Max Weber é a convergência dos «elementos dissolventes» que, aliada a

<sup>18</sup> Sobre a noção da causalidade em Weber, vide Aron (1967), Jaspers (1977) e Raymond (1987).

situações específicas, provoca este movimento de perda de funções e de retracção diferencial do agrupamento familiar<sup>19</sup>.

Esta análise das opções sobre o volume da comunidade doméstica, inovadora relativamente a Durkheim, cuja ideia assentava na universalidade da contracção da família é completada pela análise do significado que o indivíduo, enquanto sujeito social, atribui ao agrupamento familiar. A concorrência de outros «corpos sociais», em áreas até aí ocupadas pela família, propicia um ambiente favorável a que se deixe de «considerar a comunidade doméstica como a detentora dos bens objectivos da civilização», sendo, por isso, geradora de um estado de espírito favorável à sua retracção. Não se trata, todavia, como salienta Weber, de uma mera posição subjectiva, «mas de uma situação objectiva, que é a causa do acréscimo do subjectivismo» (WEBER, 1971:400).

#### 2.4. *Talcott Parsons: a família enquanto sistema*

A sociologia de Parsons inclui-se no conjunto das designadas sociologias da acção que abrangem o essencial da tradição clássica alemã (como Weber e Simmel), da tradição clássica italiana (como Pareto e Mosca) e com correntes importantes da sociologia americana (como Sorokin, Homans, Merton e Shils). A sua obra abrange um conjunto muito vasto de áreas científicas, da sociologia à economia, da politologia à psicologia e à antropologia, num estilo de reflexão e pesquisa que Bourricaud (1977) apelida expressivamente de «ramificação».

Esta abertura a todos os campos do social<sup>20</sup> é acompanhada de uma intensa actividade que se traduz na constante

<sup>19</sup> Ao contrário de Durkheim, cujos primeiros estudos tinham uma índole abstracta e filosófica, a sociologia de Weber é marcada pela importância que atribui à investigação empírica. Aliás, a maioria dos seus trabalhos tratam problemas concretos e não de teoria geral.

<sup>20</sup> Recorde-se que o objectivo central da sociologia de Parsons era construir uma teoria geral da acção que permitisse abordar o comportamento humano a partir de um quadro único de referência.

elaboração de proposições teóricas que são rapidamente reformuladas, revistas, clarificadas e alargadas. Embora este processo de trabalho seja consentâneo com a sua perspectiva da natureza e funções de uma teoria<sup>21</sup>, viria a valer-lhe acerbas críticas pela enorme desproporção entre o volume de categorias vazias acumuladas e o limitado conteúdo empírico de que eram portadoras. Comentando este assunto, Habermas afirma que as categorias criadas por Parsons não devem ser consideradas como um trabalho prévio à construção de «teorias rigorosas», mas como uma orientação para a pesquisa social. Deste modo, as teorias da acção, não satisfazendo os «critérios de uma história teoricamente generalizada», permitem generalizações empíricas que, em certos casos, podem ser formuladas como teorias de médio alcance (HABERMAS 1987:73-74 e 235-236). A este assunto se voltará em final de capítulo.

A análise da família ocupa um lugar de destaque na obra de Parsons. A sua sociologia da família exige, porém, uma leitura integrada na sua teoria geral de acção e, particularmente, o conhecimento do modo como formula e utiliza o conceito de sistema social. Deste modo, a apresentação do seu quadro analítico da família justificaria sempre a referência de alguns pontos essenciais da sua teoria da acção social; no entanto, esta hipertrofia do espaço atribuído a Parsons, comparativamente aos autores que o precedem, radica em outros dois aspectos. Em primeiro lugar, quis-se reter o facto de os seus estudos sobre a articulação família-indústria terem marcado tão profundamente a sociologia contemporânea dedicada à análise dos sistemas familiares. A sua apresentação é, aliás, um bom pretexto para referenciar as sociologias da família

---

<sup>21</sup> Parsons considerava que uma teoria devia avaliar o seu desenvolvimento não em termos de um crescimento linear do número das suas descobertas mas antes em «termos da sua revisão, refinamento, articulação e extensão» (BERGER e ZELDITCH, 1969:446).

que, paralelamente, se foram desenvolvendo. Por último, pretendeu-se destacar a importância da utilização do conceito de sistema, aplicado ao estudo das formas de organização familiar, em contextos de mudança, que Parsons desenvolveu metódica e intensivamente.

Em Parsons, nem a sociedade é uma totalidade fechada e independente que se auto-reproduz, nem os indivíduos e as suas actividades se encontram numa situação de estrita dependência, em relação ao sistema normativo. A acção é, assim, ao mesmo tempo, constrangimento, pois refere-se a dados inscritos na situação e escolha, uma vez que os dados se apresentam sob a forma de alternativas (BOURRICAUD, 1977:69). Para explicar o funcionamento da sociedade enquanto sistema é indispensável, portanto, considerar o indivíduo, uma vez que o sistema de papéis nunca é definido com um grau de precisão tal que não deixe lugar à capacidade individual de interpretação.

A teoria parsoniana releva, assim, da análise funcional, e não do funcionalismo. Ao contrário dos teóricos do funcionalismo, ou do hiper-funcionalismo, como lhe chama Bourricaud, Parsons (e também Durkheim), insiste na «convergência entre o ponto de vista da consciência individual e o ponto de vista da consciência colectiva» (BOURRICAUD, 1975:585)<sup>22</sup>. Tal como Parsons e Merton a praticam, a análise funcional, que teve como precursor Max Weber, chama a atenção não para a procura das funções preenchidas pelos elementos dos sistemas sociais, mas para a análise rigorosa dos sistemas enquanto tal (BOUDON, 1967:205-206)<sup>23</sup>. Na sociologia de

---

<sup>22</sup> A análise funcional de Parsons é, assim, fundamentalmente um «julgamento referente à probabilidade de poderem ser simultaneamente combinadas, num mesmo sistema social, várias categorias de atributos» (BOURRICAUD, 1977:111).

<sup>23</sup> No mesmo sentido, ver a introdução de William Goode a *Social Systems and Family Patterns* (GOODE, HOPKINS e MCLURE, 1971). Para uma crítica à interpretação que Bourricaud faz da obra de Talcott Parsons, ver Michel Peillon (1982).

Parsons, a análise funcional relaciona-se com a utilização do conceito de sistema enquanto sede de interdependências generalizadas. A acção humana é, assim, considerada como assumindo sempre os caracteres de sistema<sup>24</sup>, sendo assim definível no que designa por «sistema geral da acção» e que constitui a base da sua teoria geral da acção, formulada pela primeira vez em 1937, em *The Structure of Social Action*<sup>25</sup> e reformulada em *Toward a General Theory of Action* (1957). No quadro do sistema geral da acção são definidos quatro subsistemas muito gerais da acção humana — o organismo, a personalidade, o sistema social e o sistema cultural — que são a aplicação de um «paradigma funcional» que deve ser utilizado na análise de qualquer sistema da acção. Este paradigma refere-se a quatro categorias funcionais, indispensáveis à manutenção do sistema: a do controlo do sistema, também designada por estabilidade normativa que corresponde ao sistema cultural; a da integração interna do sistema que corresponde ao sistema de interacções, ou sistema social; a da orientação, ou de prosseguimento dos fins, que corresponde ao sistema da personalidade; e a da adaptação generalizada ao meio ambiente (que na concepção de Parsons é constituído por sistemas) e que corresponde ao sistema orgânica.

O sistema social compõe-se da interacção dos indivíduos, no qual cada um dos membros é simultaneamente actor (com fins, ideias, atitudes, etc.) e objecto de orientação, tanto para os demais actores como para si mesmo. Assim, os sistemas de interacção são «aspectos analíticos abstraídos dos processos totais de acção dos seus participantes. Ao mesmo tempo estes indivíduos são também organismos, personalidades e partici-

---

<sup>24</sup> «(...) é uma propriedade fundamental da acção não consistir em 'respostas' *ad-hoc* a 'estímulos' particulares da situação; pelo contrário, o actor desenvolve um sistema de 'expectativas' em relação aos diferentes objectivos da situação» (PARSONS, 1982:16).

<sup>25</sup> As referências a esta obra remetem sempre para a edição espanhola de 1968. As datas das edições citadas aparecem sempre entre ( ).

pantes nos sistemas culturais. Devido a esta interpretação, cada um dos outros sistemas de acção (...) é um ambiente do sistema social» (PARSONS, 1974a:20). O conceito de sistema social, como Parsons repetidamente recorda, não se refere, portanto, a uma realidade concreta; ele é, fundamentalmente, um modo de analisar o real. O sistema social situa-se ao mesmo nível de abstracção do sistema geral da acção de que é um dos quatro componentes (PARSON, 1974b. e 1982)<sup>26</sup>.

Assim, uma sociedade é um sistema social que «alcançou o nível mais elevado de auto-suficiência como sistema, em relação aos seus ambientes» (PARSONS, 1974a.:21). Mas entre os dois conceitos, o de sociedade e o de sistema social, há uma importante distinção de nível de análise — a noção de sociedade faz referência a uma realidade concreta, enquanto a de sistema social se situa ao nível cognitivo, referindo-se a um instrumento indispensável à análise de redes de relações inter-individuais e inter-grupais. A definição de sociedade, enquanto sistema de elevado nível de auto-suficiência, refere-se a um sistema abstracto de que os outros subsistemas de acção são os seus ambientes primários. Esta perspectiva é fundamental na teoria parsoniana uma vez que possibilita ter sempre presente na análise o sujeito-actor e a sua interacção com os outros actores — «esta visão contrasta com a ideia comum de sociedade, composta por indivíduos humanos concretos (...) na qual os organismos e as personalidades dos seus membros estão no seu interior em vez de serem partes do seu ambiente» (PARSON, 1974a.:21).

Um conceito fundamental na sociologia de Parsons e indispensável à análise da sua teoria da família, é o conceito da diferenciação, implícito aliás no próprio conceito de sistema social — «um sistema social, no que diz respeito aos seus componentes estruturalmente significativos, é um sistema

---

<sup>26</sup> Sobre os limites deste uso generalizado do conceito de sistema, vide R. Boudon e F. Bourricaud (1982:554-555).

diferenciado» (PARSONS, 1982:113). A diferenciação pode ser descrita como a divisão de uma unidade de um sistema, em duas ou mais unidades, de modo a que certas funções desempenhadas até então, por uma unidade, passem a ser desempenhadas por novas unidades especializadas nessas funções, enquanto a unidade anterior se especializa nas funções que lhe restam. As novas unidades assim criadas, com características e significado funcional diferente, podem recombinar-se em estruturas mais complexas. O processo de diferenciação só resulta, no entanto, num novo sistema social, se cada um dos novos componentes tem uma «maior capacidade de adaptação que a daquele que anteriormente realizava essa função» (PARSONS, 1974b.:40)<sup>27</sup>.

A diferenciação é um dos processos de mudança estrutural previstos na teoria parsoniana e está intimamente ligada ao processo de aumento de complexidade de um sistema, acompanhado do acréscimo do nível de especialização das unidades que o compõem. O exemplo mais marcante é o complexo processo de diferenciação da unidade económica de produção, relativamente ao agregado familiar, que acompanha o desenvolvimento da sociedade industrial<sup>28</sup>.

A tese central de Parsons sobre a família, refere que a industrialização foi acompanhada do progressivo isolamento estrutural da família nuclear. A nuclearização da família americana seria assim um processo compatível com a industrialização que exigiu um novo sistema de divisão do trabalho

<sup>27</sup> Recorde-se que a base das classificações de Parsons é analítica e não concreta.

<sup>28</sup> A partir da noção de diferenciação — que é concebida fundamentalmente como um processo de especialização funcional — Parsons propõe-se construir toda uma teoria da evolução das sociedades, na qual os conceitos de «melhoria da adaptação» (adaptive upgrading), de integração e de manutenção dos fins, aparecem também como centrais. A teoria evolucionista de Parsons (PARSONS, 1974a. e b.), de inspiração spenceriana, é, talvez, dos aspectos menos fecundos da sua obra. Sobre este assunto, vide F. CHAZEL (1974).

assente numa mão-de-obra mais eficiente e com maior capacidade de mobilidade, incompatível com um sistema de *status* baseado em posições atribuídas ao indivíduo ou à família, com base no parentesco. Parsons não parte, obviamente, do pressuposto de que a família conjugal é consequência da industrialização, uma vez que ela não é característica exclusiva das sociedades industriais. Mas, em sua opinião, enquanto nas sociedades não industriais a família conjugal ou nuclear se encontra integrada num sistema de parentesco alargado, com o qual mantém um estatuto preferencial de solidariedade, relativamente à família de procriação (casal e filhos), na sociedade industrial a família nuclear é um «subsistema diferenciado, embora não uma pequena sociedade» (PARSONS, 1956:19), na qual os membros adultos desempenham papéis extra-familiares, essenciais à formação da sua personalidade. A família nuclear, estruturalmente isolada das solidariedades de parentesco e funcionalmente diferenciada de outros sistemas, seria, assim, o modelo mais compatível com os sistemas sociais altamente diferenciados que são as sociedades industriais.

Apesar de construir a sua teoria a partir da sociedade norte-americana é transparente que Parsons confere à análise que faz das funções e da estrutura da família americana um valor exemplar. Dito de outro modo, a hipótese da impossibilidade da co-ocorrência da sociedade industrial e da família extensa se bem que enunciada para uma realidade definida, a sociedade americana, possuiria, para o seu autor, uma «validade que excede o quadro singular a partir da qual fora elaborada» (BOUDON, 1985:22-23). A literatura sociológica e a moderna história da família mostram como a tese de Parsons não possui uma evidente validade universal<sup>29</sup>, sendo mesmo violentamente contestada, em certos aspectos, a sua capacidade explicativa do sistema familiar americano, como se verá

<sup>29</sup> O caso do Japão, onde a industrialização não foi incompatível com um sistema de parentesco extenso (GOODE, 1970), constitui um paradigma exemplar para a refutação da tese de Parsons.

nas páginas seguintes. Para Parsons, um sistema de organização familiar assenta numa rede apertada de relações de parentesco e acarreta constrangimentos e restrições ao indivíduo, pouco compatíveis com as exigências do sistema complexo e altamente diferenciado que é a sociedade industrial. Esta, supõe uma grande mobilidade geográfica e social, a liberdade de escolha de profissão e o estabelecimento de relações neutras e limitadas com outros indivíduos, predicados não compatíveis com um sistema de parentesco alargado. Escudado nestas razões Parsons afirma que o «sistema de parentesco do tipo conjugal é o que interfere menos com uma economia industrial» (PARSONS, 1982) e que, portanto, a família nuclear isolada é a forma de organização adequada à sociedade industrial. Este postulado pode ser formulado, ao nível teórico conceptual, do seguinte modo: qualquer estrutura relevante impõe imperativos ao resto do sistema, de modo que as outras estruturas só podem variar dentro de certos limites, se se quiser manter a primeira.

A família nuclear adaptada à sociedade industrial, segundo o modelo de Parsons, é assim neolocal, relativamente isolada do parentesco alargado e assente no casamento. Aspecto essencial, para a análise funcional deste sistema de organização familiar e de parentesco, é o facto de *ego* ser membro de duas famílias conjugais: a família de orientação (onde *ego* nasceu) e a família de procriação, que resulta do casamento de *ego*. A fidelidade de *ego* é aqui prioritariamente atribuída ao cônjuge e aos filhos. Deste modo, a família de procriação torna-se uma unidade solidária em que a separação dos indivíduos é quase nula, assente numa casa, num rendimento e numa mesma condição social. Em contrapartida, a separação dos interesses de *ego*, em relação à família de orientação, tende a reduzir ao mínimo a sua solidariedade com esta última (PARSONS, 1971).

O casamento é, assim, como aliás já Durkheim o havia afirmado, a «chave estrutural do parentesco» (PARSONS, 1955). Este, é basicamente um sistema biparental, ou seja, do ponto de vista do casal, nenhuma das duas famílias de orientação tem uma

prioridade de condições estruturalmente sancionada, situação que proporciona, aliás, à família de procriação, uma relativa independência, face às duas famílias de orientação, pelo desejo de manter a imparcialidade nas relações com ambas (PARSONS, 1971). Cada casamento, ao fundar uma nova família conjugal, põe em contacto dois grupos familiares, completamente estranhos, que se vêem articulados numa base de parentesco, mas somente na ocasião daquele específico matrimónio.

Esta relativa autonomia da família conjugal, a sua importância no quadro das relações familiares e a análise da terminologia do parentesco, leva Parsons a definir o tipo de sistema de parentesco e de organização familiar dos EUA como um «sistema aberto multilinear conjugal» (1971:268 e segs.), primeiro passo para avançar com o conceito de isolamento estrutural da família nuclear. A família nuclear isolada pressupõe importantes transformações na estrutura do parentesco, na forma de constituição do casal e nas relações dos cônjuges entre si e está ligada à ausência, ou à diminuição expressiva, do casamento preferencial com base no parentesco. Tal não significa, naturalmente, a ausência da prática da homogamia, ou do casamento combinado, mas a constatação da tendência para uma escolha puramente pessoal nas sociedades industriais (PARSONS, 1974a.:278).

Parsons liga esta liberdade de escolher o cônjuge a um clima favorável ao surgimento do «amor romântico», sentimento que dificilmente poderia existir em sistemas de parentesco alargado, baseados em estratégias matrimoniais familiares: «Os sistemas sociais, nos quais um considerável número de indivíduos se encontra num estado delicado de mútua dependência, tendem a limitar bastante o campo dos sentimentos afectivos pessoais, ou, pelo menos, a sua expressão directa» (PARSONS, 1971:278). Com efeito, a espontaneidade afectiva pode perturbar o equilíbrio do sistema, prejudicando o interesse dos outros elementos — a livre escolha do cônjuge é incompatível com um sistema de alianças matrimoniais visando à manutenção de património familiar.



O isolamento estrutural é ainda auxiliado pelo tipo dominante de agregado familiar constituído, essencialmente, pelo casal e pelos filhos solteiros. O ciclo de vida da família nuclear apresenta como característica a repulsão dos filhos adultos, num movimento que Bourricaud (1977: 103) significativamente designou por «autoliquidação».

A tese da família nuclear estruturalmente isolada foi criticada por alguns dos mais eminentes sociólogos americanos da família. A acusação assentava, essencialmente, na base de que Parsons afirmaria que a família americana teria rompido completamente as relações sociais e de assistência mútua com grupo de parentesco. Questionando a validade da ênfase dada à nuclearização da família americana, quer do ponto de vista da lógica da análise, quer quanto aos dados empíricos utilizados, os seus opositores esforçaram-se por demonstrar que se verificava uma menor dispersão geográfica das famílias, do que se poderia esperar da análise de Parsons. Do mesmo modo, nas famílias em que os filhos adultos tinham abandonado a casa dos pais, eram frequentes os casos em que se mantinham relações entre as gerações (KERCKHOFF, 1965:93-94).

As teses de Marvin Sussman e de Eugene Litwak, parecem ser as críticas mais representativas à sociologia de Parsons. Segundo Sussman, para quem a «família isolada é um mito», as famílias americanas, de religião protestante e de classe média, continuariam a praticar formas moderadas de ajuda aos filhos casados, ajuda que se processaria em sentido unilateral de pais para filhos, criando laços afectivos que unem as gerações e dão uma certa estabilidade às suas relações (SUSSMAN, 1959). Para Litwak, não há incompatibilidade entre a manutenção das relações familiares alargadas e a ascensão profissional na sociedade industrial. A tese de Parsons, de uma maior compatibilidade da família nuclear às exigências da economia moderna, teria perdido a sua validade com a transformação das condições sociais, nos períodos posteriores ao início da industrialização. Segundo Litwak, o parentesco

não seria obstáculo à mobilidade geográfica e, até pelo contrário, funcionava como base de auxílio para os que procuravam melhorar as suas condições de vida. Para apoiar a sua tese, Litwak avança com o conceito de «família extensa modificada», alternativo ao de família nuclear isolada, referindo-se a um tipo intermédio entre as famílias extensa e nuclear. A família extensa modificada consistiria num conjunto de famílias nucleares, numa situação de «parcial dependência» e diferenciar-se-ia da família «extensa clássica» em virtude de não exigir identidade geográfica, envolvimento profissional, nem uma estrutura hierárquica e, relativamente à família nuclear isolada, pela conservação de um sistema de troca de serviços entre os seus membros (LITWAK, 1960a. e b. e 1965).

As críticas à tese da família nuclear isolada parecem assentar num certo mau entendimento da formulação feita por Parsons no seu trabalho inicial, publicado em 1943, *The Kinship System of Contemporary United States* (1955). Nessa obra não se argumenta que a moderna família nuclear esteja totalmente isolada, mas sim relativamente, ou seja, comparativamente a outros sistemas de parentesco, os interesses de *ego*, para com a família de procriação, são maiores do que relativamente à sua família de orientação. Esta afirmação é, aliás, repetida em outras obras suas e significativamente reforçada nos dois volumes de *Societies — Evolutionary and Comparative Perspectives* (1974a. e b.): «(...) o isolamento não significa o rompimento radical de laços com a família ampla, sobretudo com os membros das famílias de orientação dos cônjuges que geralmente continuam importantes» (1974a.:123).

Parece bem mais frutuosa a crítica que William Goode faz ao conceito de família conjugal que considera como um ideal tipo, no sentido weberiano. Segundo Goode, o conceito não foi desenvolvido a partir de estudos empíricos sobre o comportamento da família urbana dos Estados Unidos, devendo por isso ser considerado como uma construção teórica, derivada da intuição e da observação, na qual «diversas variáveis cruciais

foram combinadas para formar uma estrutura harmónica de hipóteses» (GOODE, 1970:7). Salientando a sua importância analítica, Goode afirma que o conceito de família conjugal deve ser usado como «medida e modelo na análise das tendências reais ou dos modelos (patterns) contemporâneos» (GOODE, 1970:7).

A tese da família conjugal isolada proposta por Parsons e sinteticamente apresentada nas páginas anteriores, é completada pela análise das funções do grupo familiar e da distribuição dos papéis masculinos e femininos. Segundo Parsons, nas sociedades «altamente diferenciadas» as funções da família não devem ser analisadas directamente em relação à sociedade mas relativamente à personalidade. Ao nível micro-social, a família desempenha duas funções básicas essenciais e «irreduzíveis»: a socialização primária da criança e a estabilização da personalidade do indivíduo adulto. Já ao nível macro-social, para além da procriação e da «identificação social do indivíduo», a família perdeu quase completamente as suas funções, tendo deixado de ser uma «significativa unidade de participação no sistema político» e uma «agência de integração» na sociedade (PARSONS, 1956). Ao contrário das teses clássicas sobre a crise da família, Parsons não considera o processo de diferenciação funcional como gerador de crises que conduzam à desorganização familiar. Conduzindo a sua análise numa perspectiva de perdas e ganhos, conclui que a diminuição do número de funções desempenhadas pela família, transferidas total ou parcialmente para outras sedes, tornou-a num sistema mais especializado e integrado, embora sujeito a crises que designa por «desorganização de transição» (PARSONS, 1956 e 1974a.).

Deste modo, o processo de diferenciação funcional nos sistemas de acção, sejam eles sistemas sociais ou sistemas de personalidade é sempre, para Parsons, no quadro da sua teoria geral da acção e, mais especificamente, da sua sociologia da família, apenas um «processo de reorganização do sistema» (PARSONS, 1956:28). É assim que as mudanças operadas com

a industrialização funcionam como pressão ao isolamento da família nuclear. Segundo ele, a participação num novo sistema de relações económicas é incompatível com um sistema de *status* assente numa rede apertada de relações de parentesco, uma vez que a sociedade industrial pressupõe que o indivíduo seja avaliado pela sua competência no trabalho e não pelas posições que lhe são atribuídas devido ao *status* familiar. A partir daquele pressuposto, Parsons constrói um dos postulados mais controversos da sua teoria da família que pode ser formulado do seguinte modo: a família nuclear isolada favorece o desaparecimento do nepotismo. A razão residiria, fundamentalmente, no facto de a separação entre trabalho e família, contribuir para um aumento do racionalismo na sociedade industrial. A associação positiva entre as posições de classe do indivíduo e da sua família de origem, comprovada por uma abundante pesquisa empírica, confere, no entanto, à hipótese formulada por Parsons, uma validade meramente tendencial e comparativa<sup>30</sup>, ou seja, é apenas possível afirmar que, nas sociedades fortemente diferenciadas, a interferência da família na posição social dos indivíduos e na vida das organizações económicas é menor do que nas sociedades não-industriais.

Na sua essência, a teoria parsoniana considera a família como um sistema de interacção composto por papéis especializados, atribuídos segundo o sexo e a geração. O papel instrumental é, assim, atribuído ao homem e é constituído pelo exercício de uma profissão, critério fundamental na obtenção e determinação do *status* da família, no interior da comunidade em que se insere (PARSONS, 1955:143 e segs.). À mulher é atribuído o papel expressivo, fundamentalmente ligado à vida afectiva e à socialização da criança<sup>31</sup>. A diferenciação sexual

<sup>30</sup> Vide, por exemplo, as obras de Pierre Bourdieu sobre a noção de *capital social*.

<sup>31</sup> A análise de Talcott Parsons da estrutura de papéis da família e da sua diferenciação por sexos baseou-se no trabalho de dois dos seus colabora-

dos papéis é justificada pelo próprio processo de diferenciação da sociedade. A família nuclear ver-se-á confrontada consigo própria, face ao enfraquecimento dos laços de parentesco e do espírito de comunidade, como resulta da forte mobilidade geográfica que acompanhou a industrialização. Deste modo, acentuou-se a «necessidade da família assegurar uma base emocional segura para a participação dos seus membros na sociedade» (PARSONS, 1974a:124). O processo de evolução das formas familiares é, para Parsons, essencialmente um processo de diferenciação — leia-se de especialização — das funções exercidas pelos seus membros.

A «exclusão relativa» da mulher, da vida profissional, teria como objectivo assegurar a estabilidade e solidariedade da família conjugal que seria ameaçada por uma sistemática distinção de *status*, no quadro do grupo familiar, caso ela exercesse uma carreira<sup>32</sup>; «essencialmente, as únicas diferenças toleráveis no âmbito desta unidade são as de sexo e as de idade» (PARSONS, 1971:292). No quadro da sua teoria de reorganização sucessiva dos sistemas e da procura incessante de novos pontos de equilíbrio, Parsons considera que, apesar de «responsável por graves limitações do ideal de igualdade», este modelo de família é o mais compatível com a sociedade industrial construída nos EUA (PARSONS, 1971b.:299).

Este é, certamente, o ponto mais inconsistente da teoria da família nuclear isolada elaborada por Parsons. De modo acutilante, A. Michel chama a atenção para a «ambiguidade de pensamento de Parsons» quando pretende, através da análise científica, dar uma «espécie de justificação normativa» do seu

---

dores: Morris Zelditch e Robert Bales. Robert Bales, foi co-editor com Parsons de *Working Papers in the Theory of Action and Family Socialization and Interaction Process*, tendo também inspirado os trabalhos sobre as «variáveis estruturais». Vide T. Parsons e R. Bales (1956) e T. Parsons (1982).

<sup>32</sup> Para Parsons, a incompatibilidade entre o seu modelo de família conjugal e a actividade profissional da mulher verifica-se apenas nos casos em que o trabalho signifique o exercício de uma carreira e não uma qualquer actividade remunerada; isto é, no quadro das «famílias de dupla-carreira (dual-career families)», na designação de Rhona e Robert Rapoport (1971).

modelo de família americana branca da «classe média», assente na diferenciação sexual dos papéis (MICHEL, 1978:107 e 145). Pertinentemente, William Goode (1970) traça a linha divisória entre o ideal tipo de família nuclear que Parsons soube construir e cuja validade tendencial se poderá aplicar às sociedades industriais, do tipo ideal de família de que o pensamento parsoniano é também portador. Feita esta distinção é possível recuperar toda a riqueza da análise, sobre a sociedade em geral e sobre a família em particular<sup>33</sup>.

### 3. A investigação sobre a família nos EUA, no após II Guerra Mundial

No período após a II Guerra Mundial, é nos EUA que se irá assistir a um maior desenvolvimento da sociologia da família, cuja influência será dominante em todos os grandes centros produtores do pensamento sociológico até meados da década de 60. Aos sociólogos norte-americanos devem-se os primeiros esforços na identificação dos quadros conceptuais no interior dos quais se estrutura e organiza a pesquisa empírica e, igualmente, significativos progressos alcançados na construção e definição de novas técnicas e metodologias<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Para uma crítica da obra de Parsons: sobre a teoria sistémica e a utilização da teoria funcionalista, Gouldner (1979); sobre a noção de sistema, Buckley (1976); sobre a estratificação social, Laurin-Frenette (1976); sobre a noção de teoria, Bourdieu (1968) e Habermas (1987); sobre o conceito de sistema e análise da mudança social, Dahrendorf (1974). Uma apresentação da sua teoria geral, em F. Chazel (1974); uma apresentação global da sua obra, em Black (1961) e nos trabalhos de Bourricaud (1955 e 1977); uma síntese da teoria da acção, em Rocher (1972); uma apresentação da sua teoria da família, em Rodman (1966). Para uma leitura recente de Parsons: Alexander (1983), Munchen (1987) e Levine (1991).

<sup>34</sup> Sobre a identificação dos quadros conceptuais, vide M. Sussman (1968); sobre a teoria do ciclo de vida familiar, vide J. Cuisenier (1977); sobre as técnicas de «painel de análise da família a três gerações», vide R. Hill (1970); sobre as técnicas de investigação experimental, vide a obra citada de M. Sussman e A. Michel (1970).

Os quadros conceptuais da sociologia da família foram inicialmente inventariados por Reuben Hill, Alvin Katz e Richard Simpson, em 1957, e seriam claramente enunciados por Reuben Hill e Donald Hansen (1960) que os distinguiram, com recurso a uma grelha de cinco conceitos: tipo de comportamento, espaço social em que ocorre, dimensão temporal que utiliza, objecto da análise e conjunto de proposições e conceitos a que recorre. A noção de quadro conceptual não é, portanto, sinónima da de teoria. Apesar do seu significado incerto na sociologia, é possível afirmar que a noção de teoria «implica que as proposições, submetidas a verificação, sejam deduzidas de um certo número de proposições primárias» (BOUDON, 1970:203). A noção de quadro conceptual, por sua vez, indica, fundamentalmente, um conjunto de conceitos que tendem a ser utilizados simultaneamente e cuja unidade é assegurada por uma rede de proposições básicas que funcionam como um guia na acção de pesquisa, na formulação de problemas e na recolha de informação. Embora não constituindo uma teoria, o quadro conceptual foi considerado como um processo de desenvolvimento acumulativo que conduziria, ou criaria as condições à formulação de uma teoria como defendiam I. NYE e F. BERARDO (1966), ou possibilitaria a criação de paradigmas ou modelos teóricos, de acordo R. HILL (1966).

A definição do número de quadros conceptuais é diferente consoante estes autores. Aos cinco quadros inventariados por Hill e Hansen, Nye e Berardo acrescentam seis outros quadros conceptuais. Contudo, afigura-se como mais correcta a perspectiva de Hill e Hansen, sendo difícil justificar para os seis novos quadros referenciados por Nye e Berardo conjuntos de conceitos, de hipóteses e de postulados especificamente diferenciados<sup>35</sup>. Nos parágrafos seguintes apresentam-se os

<sup>35</sup> Neste sentido ver também A. Michel (1970 e 1978). Para além dos quadros conceptuais de Hill e de Hansen, NYe e Berardo (1966) apresentam ainda os seguintes: o quadro antropológico, o quadro psico-analítico, o

quadros conceptuais da sociologia da família de acordo com o inventário de R. Hill e D. Hansen.

O quadro estruturo-funcional dá ênfase a três grandes áreas funcionais: as funções da família, enquanto subsistema para com a sociedade; as funções da família, em relação a si própria, enquanto sistema social mais geral e auto-suficiente, visando a sua própria sobrevivência; as funções da família, para com cada um dos seus membros, incluindo o desenvolvimento da personalidade. A primeira área funcional refere-se às relações entre a família e as unidades sociais mais vastas, ou seja, a sociedade. É dado, neste caso, particular relevo à socialização, enquanto processo de transmissão de valores culturais, de integração dos novos membros da sociedade e de estabilização da personalidade do adulto. Os trabalhos de Talcott Parsons e de Robert Bales, entre outros, inscrevem-se neste campo. A segunda área funcional diz respeito às relações da família com os outros subsistemas sociais, como a economia, a política e a comunidade. A congruência entre as estruturas familiares, sistemas de parentesco e os sistemas urbano-industriais, a análise do sistema de papéis e a divisão do trabalho no interior da família, são alguns dos tópicos abordados por autores como William Goode e Neil Smelser. Por último, a terceira área funcional refere-se às relações recíprocas entre família e personalidade, bem como à análise da correlação entre um tipo determinado de estrutura familiar e os papéis desempenhados pelos seus membros. Os trabalhos de Parsons, Bales, Bell e Vogell situam-se nesta perspectiva<sup>36</sup>.

O quadro institucional é uma das mais antigas perspectivas de análise da família. Utilizado no início por antropó-

quadro psico-sociológico, o quadro económico, o quadro jurídico e o quadro «cristão-ocidental».

<sup>36</sup> Entre os autores que têm utilizado este quadro conceptual, destacam-se Talcott Parsons, Kingsley Davis, Robert Merton, Georges Homans e William Goode, nos Estados Unidos e Alain Girard e Claude Lévi-Strauss, em França.

logos, foi adoptado, no séc. XIX, pelos primeiros sociólogos que se identificavam com o organicismo e com o evolucionismo. Neste período, como foi referido, a análise era essencialmente evolucionista, sendo a instituição do casamento e da família abordada numa perspectiva histórica linear e por analogia organicista, considerada como desempenhando funções vitais à sociedade. A moderna concepção da escola institucional, em contraste com as tendências evolucionistas predominantes nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, mostra uma preocupação acentuada pela análise empírica, retirando à sua perspectiva, a conotação com o evolucionismo unilinear e com a analogia organicista original. A análise institucional contemporânea aborda a sociedade como um todo considerando as instituições integradas na ordem social numa situação de influência recíproca. A família é aqui considerada como uma das várias instituições da sociedade tendo como objectivo satisfazer necessidades pessoais e sociais. Assim e apesar das instituições serem a unidade de estudo utilizada, o substancial da análise recai na sociedade, sendo aquelas consideradas como soluções para os problemas da sociedade e das comunidades locais, tais como, o controlo social ou a subsistência económica (KOENIG e BAYER, 1966:79).

Apesar de algumas semelhanças entre este quadro e o estruturo-funcional, a perspectiva institucionalista diferencia-se pela insistência sobre a investigação descritiva, histórica e comparativa (MICHEL, 1978:23). No campo conceptual, as dissemelhanças são ainda mais acentuadas e resultantes do recurso a conceitos básicos diferentes: o quadro estruturo-funcionalista assenta a análise no conceito de sistema social, enquanto o institucional tem subjacente o de instituição. Relativamente à acção, os institucionalistas encaram o comportamento do actor social como uma manifestação das necessidades humanas e dos valores sociais, enquanto que na perspectiva estruturo-funcional o comportamento é encarado como um sistema de expectativas, num contexto de posições ou papéis interligados e independentes. A análise institucional

tem sido essencialmente utilizada nos estudos da mudança da estrutura e da organização familiar ou, mais genericamente, da mudança social e dos seus efeitos sobre a família. Esta é, assim, encarada como uma variável dependente, sofrendo o impacto das transformações da sociedade e de outras instituições, encontrando-se ausente da análise a influência que a família possa, por sua vez, exercer. Tal não exclui, no entanto, que em alguns trabalhos mais recentes a família seja considerada com capacidade de actuar enquanto variável independente, como acontece em Goode e Nimkoff<sup>37</sup>.

No quadro conceptual interaccionista, a família é estudada como uma unidade de pessoas em interacção e ocupando uma posição definida por um conjunto de papéis. Considerada como uma realidade viva, mutável e em crescimento, a família é assim perspectivada como a resultante da interacção dos seus membros. No interior da família, o indivíduo apreende as normas e as expectativas dos membros do grupo familiar, em relação ao desempenho dos papéis numa situação concreta. Deste modo, o indivíduo define os seus papéis, quer em relação às expectativas de um grupo de referência, quer em relação à sua própria concepção, constituindo esses jogos de interacções abertas que se produzem no seio da família, o campo de análise preferencial do quadro interaccionista.

Relacionados com o desempenho dos papéis, os estudos interaccionistas atribuem particular importância à análise dos *status* e das relações entre *status* ligadas à autoridade e à iniciativa, à comunicação, aos conflitos e à solução dos conflitos (desde o casamento até à eventual dissolução da díade conjugal, pelo divórcio). O comportamento da família é assim pers-

---

<sup>37</sup> Neste quadro podem-se integrar os estudos históricos do séc. XIX e princípios do séc. XX, de Marx, Engels, Morgan e Durkheim e, entre os autores contemporâneos, os trabalhos de Carle Zimmerman, Marvin Sussman, William Ogburn e Meyer Nimkoff, nos Estados Unidos e René König e Pierre Bourdieu, na Europa.

pectivado como um processo adaptativo onde as deixas são fornecidas e os seus membros devem responder a esses estímulos (SCHVANEVELDT, 1966:98-99). O quadro interaccionista pretende assim interpretar a família, enquanto fenómeno social, em termos dos processos internos. A análise é, por isso, centrada exclusivamente na acção dos membros da família e não sobre factores externos, sendo descurado o estudo das relações entre a família e as outras instituições e grupos sociais.

Desenvolvido a partir dos trabalhos de Ernest W. Burgess que, em 1926, sugeriu, pela primeira vez, que a família devia ser estudada na perspectiva de um quadro conceptual interaccionista, a sua origem liga-se aos trabalhos de Cooley, Mead, Simmel e Sorokin e ao estudo das teorias da interacção, onde é visível a influência de Max Weber e da sua concepção da acção social. A influência da análise interaccionista, entre os sociólogos americanos da família, foi dominante até aos anos sessenta (HILL e HANSEN, 1960). Na Europa os nomes de René König, Pierre de Bie, Andrée Michel, Louis Roussel e Robert e Rhona Rappoport aparecem ligados ao quadro interaccionista.

O quadro situacional<sup>38</sup> define a família como uma unidade de estímulos, operando no interior dos limites definidos pelo círculo familiar e organizada em relação ao indivíduo, utilizado como ponto focal da análise de cada caso ou «situação social» considerada<sup>39</sup>. Nenhuma «situação familiar» é assim um tipo puro —ou seja, o resultado da influência de um facto especial— embora tenha de assim ser considerada para efeitos de análise. Deste modo e considerando um membro de uma determinada família como ponto focal, a «situação familiar» é analisada levando em conta todos os estímulos que recaem sobre ele, com

<sup>38</sup> A designação situacional é a tradução do termo inglês *situational*.

<sup>39</sup> O conceito de «situação social» refere um «conjunto de estímulos, exteriores ao organismo mas actuando sobre ele como uma unidade de estímulos específica ao organismo envolvido», conforme definição de James Bossard e Eleanor Boll, em *Family Situations* (NYE e BERARDO, 1966:137).

origem, quer nos objectos materiais, quer nos indivíduos em «situação», dado que todos eles actuam, inter-relacionadamente, como partes do todo (RALLINGS, 1966). O quadro situacional aproxima-se da perspectiva interaccionista, ao considerar a família como uma unidade de interacção, mas é divergente quando enfatiza o estudo da família como «situação social» constituída por estímulos que lhe são exteriores (HILL e HANSEN, 1960). Este quadro representa, fundamentalmente, um esforço no desenvolvimento de uma abordagem descritiva da imensa variedade de «situações familiares».

Nesta perspectiva, todo o comportamento é considerado como o resultado da presença e actuação de todos os elementos, sejam eles físicos, sociais ou culturais, não se centrando, obrigatoriamente, na definição particular da situação de cada um dos membros da família. No entanto e na prática, a análise é conduzida tendo como ponto focal o indivíduo uma vez que, sendo a família uma realidade em movimento, o observador tende a delimitar a «situação» em função do espaço de tempo e dos elementos constituintes. Considerando a regularidade dos «padrões familiares» (family patterns) e embora reconhecendo que cada situação é, em si, um caso único, os teóricos da análise situacional defendem que esta intensiva e dedutiva abordagem possui uma razoável capacidade predictiva do comportamento humano, não obviamente em termos universais, mas em termos probabilísticos, o que lhe confere um substancial potencial de generalização (RALLINGS, 1966:144).

Tendo como base os trabalhos de William Thomas e de Florian Znanieck (*The Polish Peasant*) e a conceptualização posterior, elaborada por Bossard, entre outros, o quadro situacional teve uma reduzida influência no desenvolvimento da sociologia da família. A análise situacional pode ser conduzida, quer sob a óptica do *habitat*, quer sob a óptica do «meio psicológico», privilegiando a primeira autores como Philippe-Henri Chombart de Lauwe e Andrée Michel, em França, John Mogey, em Inglaterra, e a segunda James Bossard e Eleanore Boll, nos EUA.

O quadro conceptual do desenvolvimento apresenta, como característica particular, o facto de ter sido construído especificamente para a investigação sobre a família, incorporando conceitos e proposições dos vários quadros conceptuais e disciplinas afins, harmonizando-os num esquema unificado<sup>40</sup>. Definindo a família como um «sistema semi-fechado de interacção de personalidades» (HILL e RODGERS, 1964:178), a perspectiva do desenvolvimento aproxima-se dos quadros estruturo-funcional e interaccionista, ao considerar a unidade familiar como um sistema de posições e de papéis desempenhados por actores que são simultaneamente membros da família e indivíduos.

À sociologia rural, Hill e os seus colaboradores foram buscar o conceito de ciclo de vida familiar, introduzindo na análise da interacção a importante dimensão do tempo social, permitindo uma perspectiva longitudinal da história de cada sistema familiar<sup>41</sup>. O conceito de «desenvolvimento» tem a sua origem na psicologia freudiana (ROWE, 1966:198) a partir da qual se formula o conceito de «developmental task» que se refere à transformação das tarefas e dos papéis dos membros da família ao longo do ciclo de vida. A família é assim considerada enquanto campo de interacção, submetida a um processo de complexidade crescente, à medida que à relação inicial marido-mulher se acrescentam outros sistemas de papéis, decorrentes do nascimento e crescimento dos filhos. Considerando a unidade familiar como um «sistema semi-fechado», isto é, «nem inteiramente independente ou dependente dos outros sistemas sociais» (ROWE, 1966:213) a abordagem do desenvolvimento dedica pouca atenção à análise

<sup>40</sup> Evelyn Duvall e, principalmente, a Reuben Hill se ficaram a dever os primeiros esforços na formulação deste quadro conceptual. Para um aprofundamento ver Hill e Rodgers (1964).

<sup>41</sup> O conceito de ciclo de vida familiar foi primeiramente definido por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1931). Para uma análise sistemática da teoria do ciclo de vida familiar, vide a obra citada de J. Cuisenier (1977).

macrofuncional das relações entre o sistema familiar e os outros sistemas sociais. As transformações da organização e da estrutura da família são assim abordadas a partir de microanálises do sistema de interacção da unidade familiar, durante um determinado período de tempo e não pelo recurso a macroanálises, utilizando variáveis de carácter geral, como se procede na análise institucional.

A noção de quadro conceptual assenta no pressuposto de que os investigadores utilizam, quer na formulação da investigação, quer na recolha dos dados necessários, um número restrito de conceitos que no seu conjunto possuem uma unidade conseguida pela capacidade de estabelecerem uma rede de proposições básicas comuns. No caso específico da sociologia da família, Reuben Hill e Donald Hansen (1960) formularam claramente os cinco quadros que constituem unidades conceptuais, significativamente distintas e funcionalmente operativas, no desempenho da investigação. A identificação dos quadros conceptuais, segundo aqueles dois autores, apresenta ainda como vantagem o permitir o inventário e a codificação da investigação sobre a família e as suas tendências e, essencialmente, sobre o desenvolvimento e acumulação de proposições e postulados necessários à construção de teorias universalmente válidas (a análise comparativa entre várias sociedades só se afigura possível, com efeito, pelo uso criterioso de conceitos rigorosa e homoganeamente definidos *a priori*).

A análise da utilização dos quadros conceptuais na investigação sociológica da família deve, contudo, ter em consideração três aspectos. Em primeiro lugar, o facto de os autores se situarem ora num, ora noutro quadro, de acordo com os objectivos prosseguidos no contexto de uma determinada investigação, o que se aproxima da ideia de Zetteberg, para quem um quadro conceptual indica essencialmente ao sociólogo «o que é importante ter em atenção quando ele perspectiva a análise das relações humanas, de um grupo ou da sociedade» (NYE e BERARDO, 1966:2). Em segundo lugar, normalmente o

investigador não recorre, numa determinada investigação, à totalidade do quadro conceptual escolhido, preferindo proceder a uma selecção e organização dos conceitos que considera pertinentes e adequados aos objectivos especialmente definidos para «aquele» caso (HILL, 1966). Em terceiro lugar, é ainda frequente os investigadores recorrerem, no mesmo trabalho, a conceitos originários de quadros diferentes (MOGEY, 1969; HAYS, 1977) o que, para alguns autores, confirma a ideia de que nenhum dos quadros é suficiente para uma «completa compreensão da família» (KOENIG e BAYER, 1966:92).

#### 4. Novas perspectivas da sociologia da família

Para Ivan Nye (1978), a inventariação dos quadros conceptuais viria a constituir, essencialmente, um espaço de classificação e catalogação da investigação e dos conceitos utilizados pela investigação sobre a família, reduzindo-se a sua vocação à classificação e descrição dos fenómenos familiares. É neste sentido, aliás, que Reuben Hill, na ausência de uma teoria da família, propõe que esta deveria ser construída a partir de *generalizações modestas* resultantes da pesquisa empírica e de proposições mais vastas e globais visando a construção de paradigmas teóricos ou, na designação de Merton, teorias parciais.

A sociologia da família, em conjunto com as restantes ciências sociais conhecerá, no entanto, avanços significativos quer no campo da acumulação de conhecimentos quer no da reformulação conceptual sendo notáveis os esforços de situar a família, o casamento e o parentesco no contexto da sociedade global, seja na sociedade arcaica, com Levy-Strauss, seja na sociedade industrial, com Talcott Parsons. Os meados da década de sessenta vão marcar o início do que no princípio deste artigo se referiu como quarto período da produção do discurso sociológico sobre a família. A importância da produção científica europeia, uma maior atenção à relação família-contexto social e a recusa de concepções meta-histó-

ricas sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas familiares e uma maior interdisciplinidade das pesquisas e métodos utilizados, nomeadamente com uma proximidade intensa entre a história, a demografia histórica, a antropologia e a psicologia social, caracterizam este período. É assente nesta *miscigenção* de pesquisas e resultados que se irá, aliás, sedimentar o discurso actual da sociologia da família. Os estudos de Peter Laslett (1978), sobre a estrutura dos agregados domésticos na Europa pré-industrial, os trabalhos de Philippe Ariés (1960), sobre a criança, a contribuição de Tamara Hareven (1978a. e 1987) para a compreensão do modo como se processa a articulação entre família tradicional e industrialização, juntamente com outros nomes marcantes do pensamento social, contribuíram para desfazer ligações simplistas entre tipo e grau de complexidade das sociedades e tipo de família.

A literatura sociológica recente tem-se centrado na análise da articulação entre a família e as transformações ocorridas nas sociedades industriais avançadas, debruçando-se sobre um conjunto amplo de temas que traduzem as mudanças mais marcantes dos sistemas familiares e que podem ser organizados do seguinte modo: alteração dos comportamentos matrimoniais, nomeadamente, o aumento do divórcio, da diminuição das taxas de nupcialidade, do crescimento do número das uniões de facto e do número das famílias monoparentais; alteração do relacionamento entre os membros da unidade familiar, nomeadamente pela transformação das relações de poder no seio do grupo conjugal e das relações pais-filhos; alteração dos comportamentos demográficos e generalização do planeamento familiar.

Atravessando horizontalmente aqueles temas, a questão do acesso da mulher ao mercado de trabalho tem particularmente atraído a atenção dos sociólogos, enquanto mudança mais directamente associada à industrialização e de mais profundas consequências na dinâmica dos sistemas familiares. De facto, se o trabalho feminino não agrícola data da sociedade pré-



-industrial, é com a industrialização que o trabalho feminino, repartido até então entre a empresa familiar e o serviço doméstico muda de natureza. O trabalho industrial é uma actividade remunerada individualmente e não em termos de grupo doméstico, realizado fora do quadro da vida familiar e dotado de um ritmo próprio. O assalariamento da mulher aparece, assim, fortemente associado à individualização crescente dos membros da unidade familiar e novas perspectivas e vivências da repartição do poder entre os cônjuges. Refira-se, aliás, que estas alterações no sistema de acção da família, concebido por muitos sociólogos como alterações no *sistema de trocas* do grupo doméstico, na esteira da psicologia social dos pequenos grupos proposta por George Homans, inspirará os trabalhos de um conjunto alargado de autores. Para Ivan Nye (1978 e 1980), o paradigma da troca revela uma grande capacidade em aumentar o exponencial das teorias de curto alcance sobre a constituição, organização e funcionamento da unidade familiar<sup>42</sup>.

As profundas alterações vividas pela unidade familiar e que se associam ao acesso da mulher ao trabalho assalariado foram lidas com frequência como a passagem de um modelo de família tradicional a uma família assente em relações de companheirismo, em que as interacções familiares surgiam como o resultado de uma negociação, ou, utilizando a linguagem da teoria da troca, como o resultado de opções intencionais tendo presente as vantagens e inconvenientes de cada acção. Esta visão de uma passagem mais ou menos rápida de um modelo de família a outro enferma, contudo, como recordam J. Kellerhals e L. Roussel (1987), de uma inspiração ideológica que esquece a diversidade de modelos relacionais da família e a não simultaneidade das mudanças entre países, mesmo tendo presente apenas a Europa. Esta diversidade de situações familiares apela, aliás, para a necessidade de reter

<sup>42</sup> Vide também, Burr, Hill, Nye e Reiss (1979).

a plasticidade dos sistemas familiares e a sua capacidade de invenção de alternativas relativamente a mudanças da sociedade global (LOURENÇO, 1991). Se Scanzoni (1983), estudando a sociedade industrial, afirma a capacidade da família, em cada momento, de adoptar uma forma de relacionamento com a sociedade que optimize as escolhas dos seus membros, A. Burguière (1986), ao analisar a evolução das formas domésticas entre os séc. XVI-XIX, põe em evidência a pluralidade das estruturas familiares e das formas de mudança da organização doméstica.

A pesquisa mostrou como a família rural imigrada para os centros urbanos no início da industrialização, protegeu os seus membros da violenta confrontação com uma nova e radicalmente diferente realidade social, enquanto, simultaneamente, actuava como agente de mudança, socializando e preparando os seus membros para os novos modos de vida, facilitando a sua adaptação ao trabalho industrial e à cidade. Os trabalhos de Tamara Hareven (1978a. e b.) permitiram reformular algumas noções correntes relativas à adaptação da família à mudança social, mostrando como o comportamento familiar se pode situar diferentemente, em relação aos contextos a que se refere: ele pode ser *moderno* no trabalho e *tradicional* em casa. A família aparece, assim, como um actor com capacidade de iniciativa, na escolha ou rejeição de novos valores associados à sociedade industrial, enquanto os seus padrões tradicionais persistem, ou se transformam, a ritmos não forçosamente idênticos ao de modernização da sociedade, nem de um modo homogêneo no conjunto da estrutura social. Com efeito, a análise das dinâmicas familiares mostra como as estratégias de articulação com as mudanças sociais são diferenciadas de acordo com a situação de classe das famílias<sup>43</sup>. A complexidade das interrelações família-sistema

<sup>43</sup> Sobre este assunto, vide J. Kellerhals (1982) e, numa análise sobre o contexto da sociedade rural em Portugal, J. Ferreira de Almeida (1982) e N. Lourenço (1991).

industrial parece, assim, confirmar a ideia avançada por T. Hareven, de que a emergência de novos modelos de sistemas familiares e de parentesco resulta de uma espécie de *desordem controlada* que varia de acordo com pressões sociais e necessidades económicas.

## 5. Conclusão

Não sabemos, ainda, o que é exactamente a família, afirmava Claude Lévi-Strauss em *Le regard éloigné* (1983), acrescentando, no entanto, que nada seria mais falso do que a reduzir a um fundamento natural. Deste modo, Lévi-Strauss associava o conceito de família ao de sociedade, isto é, como uma realidade intrinsecamente ligada ao funcionamento da organização social. Na conclusão do seu artigo sobre as tendências da pesquisa sobre a família, J. Kellerhals e L. Roussel (1987), retomavam o tema, ao afirmarem a necessidade de se questionar a validade epistemológica da noção de família. Com efeito, se para muitos sociólogos é desejável que um grupo específico como a família encontre a sua conceptualização num ramo particular da sociologia, para outros, também muitos, na senda da proposta formulada por William Goode (1970), no seu estudo monumental *World revolution and family patterns*, a especificidade da família corresponde mais a formas históricas particulares do que uma suposta universalidade geo-histórica, devendo a sociologia da família, por isso, subsumir-se no estudo de conceitos mais gerais, como a solidariedade, a coesão, a socialização, etc.

As dificuldades do discurso sociológico sobre esse universo reservado que é a família, assentam eventualmente na pluralidade das suas formas e na complexidade das interacções que define com os contextos sociais em que se insere e, porque não dizê-lo, porque ela é, porventura, o campo da sociologia mais *carregada* de ideologia. Os discursos sobre a crise da família, referidos no início deste artigo, são o resultado dessa *carga*

que ultrapassando os limites do conhecimento do senso comum inundam também, por vezes, o discurso sociológico. Os avanços teóricos e metodológicos têm sido, todavia, significativos e, parafraseando o título de um artigo de Glen Elder<sup>44</sup>, a descoberta da complexidade do comportamento da família no passado, ajuda a compreender a diversidade e a flexibilidade dos modelos familiares nesta época de mudança!

---

<sup>44</sup> *History and the family: the discovery of complexity* (1981).

## BIBLIOGRAFIA

- ALDOUS, Joan e HILL, Reuben (1967), *International bibliography of research in marriage and the family — 1900-1964*, Minneapolis, University of Minnesota.
- ALEXANDER, Jeffrey (1983), «The modern reconstruction of classical thought: Talcott Parsons», vol. 4 of *Theoretical logic in sociology*, Berkley, University of California Press.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1982), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa, Edições do ICS — Universidade de Lisboa.
- ANDERSON, Michael (1971), *Sociology of the family*, Harmondsworth, Penguin Books.
- (1984), *Elementos para a história da família ocidental: 1500-1914*, Lisboa, Editorial Quercus.
- ARIÈS, Philippe (1960), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Librairie Plon.
- ARON, Raymond (1967), *Les étapes de la pensée sociologique*, Paris, Éditions Gallimard.
- BERARDO, Felix (1981), «Family research and theory: emergent topics in the 1970s and the prospects for the 1980s», *Journal of Marriage and the Family*, May.
- BERGER, Joseph; ZELDITCH, Morris (1969), «Sociological theory and modern society», *American Sociological Review*, N° 3.
- BLACK, Max, ed. (1961), *The social theory of Talcott Parsons*, Harvard, Prentice-Hall.
- BLOCH, Marc (1979), *A sociedade feudal*, Lisboa, Edições 70.
- BOUDON, Raymond (1967), «Remarques sur la notion de fonction», *Revue Française de Sociologie*, N° 2.
- (1970), «Notes sur la notion de théorie dans les sciences sociales», *Archives Européennes de Sociologie*, N° 2.
- (1979), *La logique du social. Introduction à l'analyse sociologique*, Paris, Hachette.
- (1985), *La place du désordre*, Paris, PUF.

- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François (1982), *Dictionnaire critique de la sociologie*, Paris, PUF.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude (1968), *Le métier de sociologue*, Paris, Mouton/Bordas.
- BOURRICAUD, François (1955), «Introduction. En marge de l'œuvre de Talcott Parsons: la sociologie et la théorie de l'action», T., ed. (1955), *Éléments pour une sociologie de l'action*, Paris, Librairie Plon.
- (1975), «Contre le sociologisme: une critique et des propositions», *Revue Française de Sociologie*, Vol. XVI — Supplément.
- (1977), *L'individualisme institutionnel. Essai sur la sociologie de Talcott Parsons*, Paris, PUF.
- BUCKLEY, Walter (1976), *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*, São Paulo, Editora Cultrix.
- BURGALASSI, Silvano (1974), *Sociologia della famiglia*, Roma, Edizioni Paolini.
- BURGIÈRE, André (1972), «Famille et société», *Annales*, N° 4/5.
- (1986), «Pour une typologie des formes d'organisation domestique de l'Europe moderne (XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles)», *Annales*, N° 3.
- BURR, W.R.; HILL, Reuben; NYE, Ivan; REISS, I.L. (1979), *Contemporary theories about the family*, New York, The Free Press (2 Vols.).
- CHAZEL, François (1974), *La théorie analytique de la société dans l'œuvre de Talcott Parsons*, Paris, Mouton.
- COTTRELL, Leonards (1968), «Ernest Watson Burgess: 1886-1966. Contribution in the field of marriage and the family», *Journal of Marriage and the Family*, Feb.
- CUISENIER, Jean, ed. (1977), *Le cycle de la vie familiale dans les sociétés européennes*, Paris, Mouton.
- DAHRENDORF, Ralf (1974), *Ensaio de teoria da sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- DEMOS, John; BOOCOCK, Sarane, eds. (1978), *Turnings points. Historical and sociological essays on the family*, Chicago, Chicago University Press.
- DONATI, Pier Paolo (1978), *Sociologia della famiglia*, Bolonha, CLUEB.
- DURKHEIM, Émile (1975), *Textes*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- (1984), *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Editorial Presença.
- EISENSTEIN, Zillah R., ed. (1980), *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*, México, Siglo Veintiuno Editores.

- ELDER, Glen (1978), «Approaches to social change and the family», in Demos, J.; Boocock, S., eds. (1978), *Tunings points. Historical and sociological essays on the family*, Chicago University Press.
- ELDER JR., Glen H. (1981), «History and the family: the discovery of complexity», *Journal of Marriage and the Family*, Aug.
- ENGELS, Friederich (1976), *A origem da família, da propriedade e do estado*, Lisboa, Editorial Presença.
- GIDDENS, Anthony (1984), *Capitalismo e moderna teoria social*, Lisboa, Editorial Presença (2ª edição).
- GOODE, William (1970), *World revolution and family patterns*, New York, The Free Press.
- GOODE, William; HOPKINS, Elizabeth; McCLURE, Helen (1991), «Social systems and family patterns. A propositional inventory», *Indianapolis, The Bobbs-Merril Company Inc.*
- GOULDNER, Alvin W. (1979), *La Sociologia actual. Renovación y crítica*, Madrid, Alianza Editorial.
- HABERMAS, Jürgen (1987), *Logique des sciences sociales et autres essais*, Paris, PUF.
- HAREVEN, Tamara (1978a.), «The dynamics of kin in an industrial society», in Demos, J.; Boocock, S., eds. (1978), *Turning points. Historical and sociological essays on the family*, Chicago University Press.
- (1978b.), «Family time and historical time», in Rossi, A.; Kagan, J.; Hareven, T., eds. (1978), *The family*, New York, W.W. Norton & Co.
- HAREVEN, tamara, ed. (1987), «Family history at the crossroads: linking familial and historical change», *Journal of Family History. Tenth Anniversary Commemorative Issue*, vol. 12, N.º 1-3.
- HAYS, William C. (1977), «Theorists and theoretical frameworks identified by family sociologists», *Journal of Marriage and the Family*, N.º 1.
- HILL, Reuben (1966), «Contemporary developments in family theory», *Journal of Marriage and the Family*, Jan.
- HILL, Reuben; RODGERS, Roy H. (1964), «The developmental approach», in Christensen, H., ed. (1964), *Handbook of marriage and the family*, Chicago, Rand McNally.
- HILL, Reuben; KÖNIG, René (1970), *Families in East and West*, Paris, Mouton.
- JASPERS, Karl (1977), «Método e visão do mundo em Weber», in Cohn, G., ed. (1977), *Para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora.

- KELLERHALS, Jean; ROUSSEL, Louis (1987), «Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances des recherches: 1965-1985», *L'Année Sociologique*, N.º 37.
- KELLERHALS, Jean et al. (1982), *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausanne, Favre.
- KERCKHOFF, Alan C. (1965), «Nuclear and extended family relationships: a normative and behavioral analysis», in Shanas, E.; Streib, G., eds. (1965), *Social structure and the family. Generational relations*, Englewood Cliffs (New Jersey), Prentice Hall Inc.
- KOENIG, Daniel; BAYER, Alan E. (1966), «The institutional frame of references in family study», in Nye, I. Berardo, F., eds. (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, The MacMillan Co.
- LASLETT, Peter, ed. (1978), *Household and family in past time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LAURIN-FRENETTE, Nicole (1976), *Las teorías funcionalistas de las clases sociales. Sociología e ideología burguesa*, Madrid, Siglo XXI.
- LEVINE, Donald N. (1991), «Simmel and Parsons reconsidered», *American Journal of Sociology*, vol. 96, N.º 5, March.
- LEVI-STRAUSS (1979), «La famille», in Claude Lévi-Strauss, *Textes de et sur Claude Lévi-Strauss*, Paris, Gallimard.
- (1983), *Le regard éloigné*, Paris, Plon.
- LITWAK, Eugene (1960a.), «Occupational mobility and extended family cohesion», *American Sociological Review*, N.º 1.
- (1960b.), «Geographical mobility and extended family cohesion», *American Sociological Review*, N.º 3.
- (1965), «Extended kin relations in an industrial democratic society», in Shanas, E., Streib, G.F., eds. (1965), *Social structure and the family. Generational relations*, Englewood Cliffs (New Jersey), Prentice Hall Inc.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família rural e indústria*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- MANOUKIAN, Agopik (1974), *Famiglia i matrimonio nel capitalismo europeo*, Bolonha, Il Molino.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich (1974), *La ideologia alemana*, México, Ediciones de Cultura Popular.
- MAUSS, Marcel (1975), *Oeuvres* (Vol. 3), Paris, Les Editions de Minuit.
- MICHEL, Andrée (1970), *La sociologie de la famille*, Paris, Mouton.
- (1978), *Sociologie de la famille et du mariage*, Paris, PUF (2ª ed.).

- MOGEY, John (1971), *Sociology of marriage and family behavior: 1957-1968. A trend report and bibliography*, The Hague/Paris, Mouton.
- MORGAN, Lewis H. (1976), *A sociedade primitiva*, Lisboa, Editorial Presença.
- MUNCHEN, Richard (1987), «Parsonian theory today: in search of a new synthesis», in Anthony Giddens and Jonathan Turner, *Social theory today*, London, Polity Press.
- MURDOCK, George Peter (1972), *De la structure social*, Paris, Payot.
- NUNES, A. Sedas (1977), *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- NYE, Ivan F. (1978), «Is choice and exchange theory the key?», *Journal of Marriage and the Family*, N° 2.
- (1980), «Family mini-theories as special instances of choice and exchange theory», *Journal of Marriage and the Family*, N° 3.
- NYE, Ivan F.; BERARDO, Félix M. (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, The MacMillan Co.
- PARSONS, Talcott (1955), *Éléments pour une Sociologie de l'action*, Paris, Librairie Plon.
- (1956), «The American family: its relation to personality and to the social structure», in Parsons, T.; Bales, R., eds. (1956), *Family. Socialization and interaction process*, London, Routledge & Kegan Paul.
- (1957), *Toward a general theory of action*, Cambridge, Harvard University Press.
- (1967), *Sociological theory and modern society*, New York, The Free Press.
- (1968a.), *La estructura de la acción social*, Madrid, ed. Guadarrama.
- (1968b.), «Interaction: social interaction», in *International encyclopedia of the social sciences*, (1968), New York, MacMillan/The Free Press.
- (1971), «A estrutura social da família», in Anshen, R.N., ed. (1971), *A Família. Sua função e destino*, Lisboa, Meridiano.
- (1974a.), *La sociedad. Perspectivas evolutivas y comparativas*, México, Editorial Trillas.
- (1974b), *O sistema das sociedades modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- (1982), *El sistema social*, Madrid, Alianza Editorial.
- PARSONS, Talcott; BALES, Robert F., eds. (1956), *Family. Socialization and interaction process*, London, Routledge & Kegan Paul.

- PEILLON, Michel (1982), «La sociologie americaine», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXXII.
- PIZZORNO, Alessandro (1963), «Lecture actuelle de Durkheim», *Archives Européennes de Sociologie*, Vol. XII.
- RALLINGS, E.M. (1966), «A conceptual framework for studying the family: the situational approach», in Nye, I.; Berardo, F., eds. (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, The MacMillan Co.
- RAPOPORT, Rhona; RAPOPORT, Robert (1971), *Dual-career families*, Middlesex, Penguin Books.
- RAYNAUD, Philippe (1987), *Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*, Paris, PUF.
- ROCHER, Guy (1972), *Talcott Parsons et la sociologie américaine*, Paris, PUF.
- RODMAN, Hyman (1966), «Talcott Parson's view of the changing American family», in Rodman, H., ed. (1966), *Marriage, family and society*, New York, Random House (2ª ed.).
- ROWE, George P. (1966), «The developmental conceptual framework to the study of the family», in Nye, I.; Berardo, F., eds. (1966), *Emerging conceptual framework in family analysis*, New York, The MacMillan Co.
- SCANZONI, J. (1983), *Shaping tomorrow's family*, New York, Free Press.
- SCHVANEVELDT, Jay D. (1966), «The interactional framework in the study of the family», in Nye, I.; Berardo, F., eds. (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, The MacMillan Co.
- SEGALEN, Martine (1981), *Sociologie de la famille*, Paris, Armand Colin Editeur.
- SHORTER, Edward (1974), «Différences de classe et sentiment. L'exemple de la France», *Annales*, N° 4,
- SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carle; GALPIN, C.J. (1931), *A systematic source book in Rural Sociology*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- SUSSMAN, Marvin (1959), «The isolated nuclear family: fact or fiction?», *Social Problems*, N° 6.
- WISEMAN, Jacqueline P. (1981), «The family and its researchers in the Eighties: retrenching, renewing and revitalizing», *Journal of Marriage and the Family*, May.
- WEBBER, Max (1956), *História económica general*, México, Fondo de Cultura Económica (2ª ed.).
- (1971), *Économie et société*, Paris, Plon.